**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA**

Ana Carolina Ramella Rey Ammon

**Economia Patrimonial, Educação em Museus e Novas Mídias: a
experiência do Monumento Nacional Ruínas Engenho São Jorge
dos Erasmos**

Versão Original

São Paulo
2016

Ana Carolina Ramella Rey Ammon

Economia Patrimonial, Educação em Museus e
Novas Mídias: a experiência do Monumento Nacional
Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
História Econômica do
Departamento de História da
Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo, para
obtenção do título de Mestre em
História Econômica sob a
orientação da Profa. Dra. Vera
Lúcia Amaral Ferlini

São Paulo
2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

A521e AMMON, Ana Carolina Ramella Rey
Economia Patrimonial, Educação em Museus e Novas Mídias: a experiência do Monumento Nacional Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos / Ana Carolina Ramella Rey AMMON ; orientador Vera Lúcia Amaral FERLINI. - São Paulo, 2016.
110 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Econômica.

1. economia patrimonial. 2. educação. 3. museu. 4. patrimônio. 5. novas mídias. I. FERLINI, Vera Lúcia Amaral, orient. II. Título.

AMMON, Ana Carolina R. R. **Economia Patrimonial, Educação em Museus e Novas Mídias: a experiência do Monumento Nacional Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos**. 2016. Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção de título de Mestre em História Econômica.

Aprovado em:

Banca Examinadora:

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Agradecimentos

Agradeço em especial à Professora Vera Lúcia Amaral Ferlini e ao CNPq por me proporcionarem o suporte necessário para o desenvolvimento e término deste trabalho e aos meus familiares e amigos por me ampararem nos momentos mais difíceis.

Resumo

AMMON, Ana Carolina R. R. Economia Patrimonial, Educação em Museus e Novas Mídias: a experiência do Monumento Nacional Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos. 2016. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

Este trabalho de pesquisa tem como objetivo principal a elaboração, sob a perspectiva econômica, de uma proposta educativa em plataforma audiovisual cuja temática abarque as especificidades do Monumento Nacional Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos e da cidade de Santos, SP. Procuro identificar, a partir dos vestígios do antigo Engenho dos Schetz, as modificações do território e da sociedade da cidade de Santos do período colonial até os dias de hoje e de que forma isso deve ser passado ao público em um polo cultural atualmente de modo a inseri-lo na perspectiva da economia da cultura. Assim, partindo de uma análise do desenvolvimento histórico do próprio conceito de patrimônio e da grande importância dos monumentos culturais enquanto centros educativos, bem como de uma reflexão acerca das transformações pelas quais nossa sociedade vem passando desde o advento das inovações tecnológicas do século XX e da lógica de interesse sobretudo econômico que influencia a cultura atualmente, busco também identificar os métodos midiáticos e as formas de aplicação mais apropriados para a esfera educacional dos museus e monumentos históricos a fim de aplicá-los neste projeto.

Palavras-chave: economia patrimonial, educação, museu, Monumento Nacional Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos

Abstract:

AMMON, Ana Carolina R. R. Economic patrimony, Education in Museums and New Medias: the experience of National Monument Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos. 2016. Thesis (MA). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

This research has as main objective the development, from the economic perspective, of an educational proposal for audiovisual platform whose theme encompasses the specifics of Monumento Nacional Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos and the city of Santos, SP. I seek to identify, from the remains of the old Engenho dos Schetz, the changes of the territory and the society of the city of Santos from the colonial period to the present days, and how it should be passed to the public in a cultural center today in the perspective of the cultural economy. Thus, starting from an analysis of the historical development of the heritage concept itself and the great importance of cultural monuments as educational centers, as well as a reflection about the transformations that our society has undergone since the advent of the technological innovations of the twentieth century and logic above all economic interests that influences the culture today, I seek also to identify media methods and the most appropriate ways of applying to the educational sphere of museums and historical monuments in order to apply them in this project.

Keywords: economy, education, museum, National Monument Ruins Engenho São Jorge dos Erasmos.

LISTA DE IMAGENS

Figura 1: Página inicial dos totens.

Figura 2: A Civilização do Açúcar.

Figura 3: O Cotidiano do Açúcar.

Figura 4: Lenha do Engenho.

Figura 5: O jantar

Figura 6: Mercado e escravos.

Figura 7 : Fiel retrato do interior de uma casa brasileira; 1814/1816.

Figura 8: Reprodução em litografia do mercado de escravos.

Figura 9: Reprodução em litografia do mercado de escravos.

Figura 10 : O retorno à cidade de um proprietário de chácara.

Figura 11: Estruturas da Sociedade do Açúcar.

Figura 12: Os fidalgos do açúcar.

Figura 13: A família patriarcal.

Figura 14: Religião.

Figura 15: O engenho dos Erasmos.

Figura 16: Linha do Tempo.

Figura 17: Detalhe da Linha do Tempo.

Figura 18: Arqueologia.

Figura 19: Entendo a Arqueologia.

Figura 20: A arqueologia no Engenho dos Erasmos.

Figura 21: Transformação do Território.

Figura 22: Os Engenhos de Açúcar no Período Colonial.

Figura 23: O que é um Engenho?

Figura 24: Detalhe da seção O Que é um Engenho.

Figura 25: Como funciona um Engenho?

Sumário:

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I - O ENGENHO SÃO JORGE DOS ERASMOS E A CIDADE DE SANTOS: DA COLONIZAÇÃO À ATUALIDADE	
1.1 - Açúcar e colonização na Capitania de São Vicente..	30
1.2 - Do Engenho do Governador ao Engenho dos Schetz: Apogeu e declínio.....	35
1.3 - Ruínas do Engenho dos Erasmos, um Monumento Nacional: perspectiva cultural e educacional.....	40
CAPÍTULO II - PATRIMÔNIO HISTÓRICO, MUSEUS E AÇÕES ECONOMICAS E CULTURAIS.	
2.1 - Preservar a memória e construir a História: o papel educacional e econômico monumentos históricos.....	45
2.2 - Vestígios materiais e Ensino de História: museus a céu aberto, transformações do território e práticas educacionais.	54
2.3 - Museus e Novas Mídias: a tecnologia a favor do conhecimento em História.....	57
CAPÍTULO III - ENSINO E COMUNICAÇÃO NO MONUMENTO NACIONAL RUÍNAS ENGENHO SÃO JORGE DOS ERASMOS.	
3.1 - Educação e comunicação: roteiros didáticos do Engenho dos Erasmos.....	62
3.2 - Ferramentas tecnológicas a favor do ensino de História: os totens educativos do Monumento Nacional Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos.....	66

3.3 - Vídeo Didático como ferramenta educacional: Corredor Cultural Santista e novas perspectivas.....	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	102
FONTES.....	106
BIBLIOGRAFIA.....	107

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa de mestrado tem como base meu estágio realizado no âmbito educacional do Monumento Nacional Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos – Base Avançada de Pesquisa, Cultura e Extensão da USP – situado em Santos, SP, entre os anos de 2010 a 2012. Durante este período, além da elaboração de um banco de dados com imagens de engenhos de açúcar da época colonial fotografadas a partir de livros conceituados e da pesquisa e catalogação das informações adquiridas sobre o assunto para utilização em propostas educativas, desenvolvi, também, uma plataforma interativa virtual, em base apresentacional Prezi, a ser utilizada em totens no próprio RESJE e, posteriormente, acessível pela internet.

A partir das considerações advindas do mencionado empreendimento e apoiada pela professora doutora Vera Lúcia Amaral Ferlini, propus-me a desenvolver, em nível de mestrado, um trabalho que abarque as discussões acerca do papel da educação em museus e da economia patrimonial, bem como a utilização de novas mídias e tecnologias, e elaborar, com isso, uma proposta didática nestes parâmetros a ser empregada no Monumento Nacional Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos, localizado na cidade de Santos, SP.

Tal Monumento compõe-se das ruínas de um dos primeiros engenhos de açúcar instalados pelos portugueses no Brasil à época da colonização, e sua construção remonta aos anos de 1534.

Edificado em pedra, localizado sobre um patamar granítico e voltado para o continente e o entorno, o Engenho dos Erasmos insere-se no contexto de um conjunto de edificações como casas, comarcas, igrejas e outros engenhos erigidas a partir da fundação da Vila de São Vicente, em 1532, e de Santos, em 1534.

Testemunho dos primórdios da História Colonial no Brasil, infelizmente o Engenho possui uma carência de documentação que possibilite aos historiadores compreendê-lo melhor em determinados períodos. Ainda assim, partindo das fontes existentes, das escavações arqueológicas e dos trabalhos sobre ele publicados, sabemos que era um engenho de assentamento, que não possuía as tradicionais Casa Grande e Senzala, e cuja mão-de-obra utilizada não era sobretudo negra, mas indígena.

As Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos e o território onde se encontram são, também, um significativo sítio arqueológico remanescente que foi doado à USP em 1958 e está desenvolvendo desde 2004 diversos programas educacionais com o objetivo de viabilizar o conhecimento a partir da interdisciplinaridade em vista do contexto histórico, geográfico, arqueológico, social e ambiental nos quais as Ruínas estão inseridas.

O Monumento Nacional tem, portanto, como acervo justamente os resquícios do que outrora foi o Engenho dos Erasmos. A ausência de elementos que proporcionem uma visualização aproximada do que seria o Engenho antes de sua ruína pode confundir o visitante que não possui uma base inicial sobre o assunto. Assim sendo, as novas mídias e tecnologias – plataformas interativas, vídeos educativos, visitas virtuais – são importantes ferramentas educacionais a serem utilizadas, pois permitem uma reconstituição histórica do Engenho dos Erasmos e seu entorno para além da expressão discursiva, estabelecendo, assim, para os visitantes, um tipo mais familiar de interação com o monumento.

É preciso ter-se em mente que, com o advento das novas mídias e tecnologias do final do século passado e início deste, vivemos hoje em uma sociedade essencialmente interativa e tecnológica. Desta forma, a questão do conhecimento acadêmico e do ensino de História em Universidades, escolas e instituições culturais é elemento que

merece ser amplamente investigado, uma vez que os processos de aprendizagem ocorridos tanto dentro quanto fora das salas de aula modificam-se concomitantemente às transformações sociais.

Em finais do século XIX e início do século XX, as formas de aprendizado tidas como tradicionais já eram postas à prova. As perspectivas sociais da época demandavam um aprendizado ativo e interativo, focado na democracia e na liberdade de pensamento como instrumentos para a maturação emocional e intelectual dos estudantes, o que fez com que a forma de comunicação essencialmente livresca e passiva passasse, então, a ser vista como obsoleta e ultrapassada.

Nos dias de hoje, além desta particularidade pensada por Paulo Freire e desenvolvida pelos acadêmicos e educadores no decorrer do século, é importante atentar-se ao fato de que as demandas atuais sofreram diversas modificações no que diz respeito às formas de comunicação e aprendizado e que, portanto, os métodos educativos necessitam de novas reflexões e adaptações que proporcionem um alcance mais efetivo das perspectivas sociais contemporâneas.

Nos grandes centros urbanos, a grande maioria das pessoas está em contato com tecnologias interativas desde o momento em que se levanta da cama. As interfaces midiáticas estão a cada dia mais dinâmicas e intuitivas, tornando-se cada vez mais parte quase essencial do cotidiano contemporâneo. É impossível ignorar essa mudança crucial dos padrões sociais de hoje em dia quando se fala em educação, uma vez que a própria educação depende das formas de comunicação entre os indivíduos. Partindo deste ponto, a utilização das ferramentas midiáticas audiovisuais e demais tecnologias a favor do aprendizado tem muito a acrescentar à educação.

Posto que este trabalho tem como foco o plano educativo do Monumento Nacional Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos, é para o ensino e aprendizado obtido no âmbito dos museus e para a forma

de se empregar tais novas tecnologias audiovisuais que minha pesquisa irá se voltar.

Os monumentos históricos, vinculados desde o século XIX à ideia de identidade, memória, coletividade e herança de determinados grupos, são compreendidos, hoje, como importantes elementos criadores e transmissores de conhecimento. Seu papel educacional enquanto entidade cultural possui, portanto, grande relevância no que diz respeito às suas funções sociais, demandando atividades e profissionais que compreendam as inovações comunicativas e as transformações da sociedade contemporânea e delas se utilizem sem, contudo, abandonar a peculiaridade da linguagem dos pólos educacionais não-formais e a profundidade do conhecimento que ali pode ser apreendido.

Um museu, de acordo com a definição adotada pelo Conselho Nacional de Museus (ICOM) da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura durante a 22ª conferência geral de Viena, na Áustria, em 2007, é, atualmente, uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e aberta ao público cujo objetivo é adquirir, conservar, expor e difundir o patrimônio material e imaterial da humanidade para fins de estudo, educação e lazer¹. Nesta conceituação, estão inclusos quaisquer espaços culturais que estejam abertos ao público, como monumentos, galerias, centros de documentação, sítios históricos e arqueológicos, tesouros de igrejas, jardins botânicos e centros de ciências, entre outros.

Tais aspectos públicos e culturais destas instituições, porém, nem sempre foram uma constante na história dos museus. Inicialmente herdeiros do colecionismo e associados às camadas de elite², passaram progressivamente a se multiplicar e pluralizar no

¹ ICOM, site oficial. <http://icom.museum/la-vision/definicion-del-museo/L/1/> (acesso em 27/11/2013)

² O primeiro museu como instituição aparece no século III, em Alexandria, e tem um caráter universalista que procurava reunir os mais importantes conhecimentos do

ambiente europeu do período do Renascimento devido ao alargamento do alcance das ideias e da estética do mundo ocidental e ao florescimento do estudo da história, das belas artes e das ciências da natureza³. Gabinetes de curiosidades com elementos do além-mar adquiridos com as Grandes Navegações passam a pulular na Europa, muitos deles organizados e catalogados de forma sistemática, e seu sucesso entre o público é imenso.

De acordo com Herreman, citado por Lopes⁴, foi durante esta época que se organizou o primeiro museu público de História Natural com caráter pedagógico, o Ashmolean Museum, em Oxford, 1683, o qual detinha uma disposição espacial que abrigava laboratórios e salas de aula numa concepção que se aproximava da visão contemporânea do museu como ambiente de investigação, conservação, catalogação, educação e exibição. A este se seguiu, algum tempo depois, o Museu Britânico, também público, considerado o primeiro museu de caráter nacional. Foi organizado no ano de 1753, em Londres, originário da coleção de Sir Hans Sloane, naturalista e médico da corte, adquirida pelo Parlamento Britânico.

A preocupação com o papel educacional dos museus começa, então, a tornar-se maior devido às influências do pensamento racionalista e ilustrado defendido pela burguesia que buscava se legitimar na Europa do século XVIII. As teorias didáticas escolares passaram a ter como base fundamental a observação da natureza, valorizando a experiência e a observação empírica nos processos de aprendizagem e, conseqüentemente, agregando relevância à utilização

homem à época. Para maiores informações acerca das transformações da concepção de museu e patrimônio no decorrer dos séculos, procure por CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. Ed. 70, Lisboa. E GASPAR, Alberto. *Museus e Centros de Ciências- Conceituação e Proposta de um referencial teórico*. São Paulo, 1993. Tese (Doutorado na área de Didática) acesso em www.casadaciencia.ufrj.br/Publicacoes/Dissertacoes/gaspar-tese.pdf

³ LOPES, Maria Margareth. *Museu: uma perspectiva de educação em geologia*. Dissertação (Mestrado em educação) – UNICAMP, Campinas, 1988.

⁴ LOPES, Maria Margareth. Op. cit. pp. 17-18.

de objetivos para o ensino-aprendizagem. Uma vez sendo os museus instituições que encontram na própria cultura material o ponto-chave para o conhecimento, é compreensível a progressiva atenção e reformulação pelas quais estes passaram decorrer das décadas quando atingidos pelos ideários iluministas de democracia defendidos burguesia durante a Revolução Francesa. É a partir deste ponto que os museus passam a ser vistos como possíveis criadores de uma identidade de grupo ao terem suas coleções transformadas em patrimônios nacionais e passarem progressivamente a abrirem suas portas para as novas classes emergentes.

É no século XIX, porém, que as preocupações sobre o âmbito educacional dos museus e monumentos passam a ter um caráter mais prático e este passa, progressivamente, a ser entendido como um dos elementos mais importantes destas instituições. Aqui a função educativa é força motriz para fundação de vários museus, especialmente na Grã-Bretanha – e muito se fazia para que as visitas fossem atrativas e úteis ao mesmo tempo⁵. É neste momento, também, que surgem os primeiros museus latino-americanos, todos de caráter nacional e de História Natural.

Com o panorama mundial da consolidação das nações europeias e das independências latino-americanas, os museus, com sua linguagem imagética e baseada na cultura material, passam a possuir, em consonância com as propostas pedagógicas escolares oficiais, um forte apelo didático nacionalista. O patrimônio passa a ser visto, nos contextos nacionais modernos, como forma objetivada da cultura através da qual determinada ideia de nação é substanciada e individualizada. Ligados diretamente à memória coletiva – e à construção desta memória –, os museus e monumentos culturais nacionais passam a representar materialmente a crença na realidade

⁵ MENDES, J. Amado. *Museus e Educação*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

da nação como uma entidade individualizada que possui posses territoriais e culturais determinadas e também uma continuidade no tempo. E para que tal proposição seja consolidada, insere-se a necessidade de se observar o patrimônio a partir de perspectivas culturais e educacionais que visem este fim⁶.

Em fins do XIX e início do século XX, um grande impulso dado à educação escolar acontece e as instituições museológicas passam a se voltar mais à conservação de seus acervos, do patrimônio e da cultura material do que ao seu papel educativo. No caso dos museus latino-americanos, estes permanecem quase sem apoio, seja estatal ou privado, até as décadas de 1940-50, quando se iniciam os processos de industrialização tardios na América Latina. E é após este período que há um reforço progressivo do componente educativo dos museus.

Este componente educativo passa a ser trabalhado de inúmeras formas, que dependem das propostas de cada instituição cultural. Uma delas, estimulada pelo próprio Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), é a chamada Educação Patrimonial. Originária do termo inglês "Heritage Education", vinculado especialmente ao trabalho pedagógico de valorização e preservação da herança cultural em suas variadas formas e Introduzida a partir do 1º seminário sobre o "Uso Educacional de Museus e Monumentos", realizado em 1983 no Museu Imperial em Petrópolis/RJ, a proposta de Educação Patrimonial foi inspirada nas experiências desenvolvidas especialmente na Inglaterra e lançou as bases do que viriam a ser os eixos de sustentação dos projetos desta área no Brasil. Estas bases sobre as quais assentam a metodologia incentivada pela museóloga Maria de Lourdes Parreiras Horta e pela sua equipe em várias regiões e contextos culturais do Brasil foram lançadas, bem como a própria metodologia, em uma publicação do IPHAN intitulada Guia Básico de

⁶ MENDES, J. Amado. Op. Cit.

Educação Patrimonial, do ano de 1999⁷. Este guia aponta que a Educação Patrimonial é um processo contínuo de experimentação e descoberta. Não possui, assim, uma metodologia fechada, pelo contrário. Ela é total e perfeitamente passível de aprimoramentos e modificações sugeridos pelo próprio processo.

As experiências e práticas desenvolvidas a partir do começo do processo de difusão da Educação Patrimonial geraram, com isso, uma nova visão do patrimônio cultural brasileiro na sua maior diversidade de manifestações. Estas manifestações são consideradas fontes primárias de conhecimento e aprendizado que podem ser explorados tanto inseridos nos currículos escolares como, também, direcionado para questões ligadas à cultura para, a partir daí, instigarem alguma reflexão. O conceito de bem cultural, aqui, é compreendido como matéria da cultura, abrangendo bens tangíveis ou intangíveis, e enfatiza o processo de aprendizagem como um todo, como uma experimentação em descobrir de que forma os sinais da cultura são produzidos e como podem ser utilizados para ampliar nossos horizontes⁸.

O patrimônio cultural é aqui compreendido como uma fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e, também, coletivo, e procura conduzir seus agentes a um processo de conhecimento ativo a partir da apropriação e valorização de sua herança cultural, o que possibilita, por fim, a elaboração de novos conhecimentos num fluxo contínuo de produção de cultura.

Mas a própria concepção de patrimônio sofre uma série de variações no decorrer da história. De acordo com J. Amado Mendes em *Museus e Educação*, cada período histórico reflete a si mesmo na

⁷ HORTA, Maria de Lourdes Parreiras et al. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

⁸ SARTI, Antonio Carlos; CARDAN, Lluís Mundet i. *Turismo e Arqueologia*. p. 45. citando SANTOS, Magaly de Oliveira Cabral.

maneira através da qual coloca e cuida de seu patrimônio e, desta forma, para que se compreenda realmente o seu significado, é preciso que se observem os contextos em que cada uma destas concepções são formuladas.

Patrimônio, de forma geral, implica legado, herança, transmissão de algo. Françoise Choay aponta em *A alegoria do patrimônio* que a noção de patrimônio, em sua origem, está conectada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estabilizada em um tempo e em um espaço. Hoje em dia, segue uma linha diferente.

Para Dominique Poulot em *Uma história do patrimônio*, o patrimônio define-se, simultaneamente, pela existência física de seus objetos e pelo valor estético e documental, além de ilustrativo e sentimental, que lhes atribui o saber comum por um estatuto específico, legal ou administrativo. O patrimônio depende, assim, da reflexão erudita e de uma vontade política sancionados pela opinião pública. Para se impor, de acordo com o tipo de evidência que é a sua atualmente, a noção de patrimônio teve de passar por um processo complexo: “é o resultado de uma dialética da conservação e da destruição no âmago da sucessão das formas ou dos estilos de heranças históricas que haviam sido adotados pelas sociedades ocidentais⁹”

Segundo Mendes, o conceito de patrimônio atualmente está ligado à história – sendo ele mesmo, algumas vezes, a própria história materializada –, à memória e à identidade, ao turismo, desenvolvimento, ao trabalho e ao lazer¹⁰, e ganha cada vez mais importância sociedade atual.

⁹ POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no ocidente*. São Paulo: estação Liberdade, 2009, p. 13.

¹⁰ Para uma melhor compreensão acerca da expansão do conceito de patrimônio até hoje, ver MENDES, J. Amado. *Patrimônio(s): Memória, Identidade e Desenvolvimento*. In Estudos do patrimônio: Museus e Educação. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

Poulot coloca essa importância do patrimônio, no sentido de construção de identidades, afirmando que, durante o século XX, o patrimônio assume de forma cada vez mais explícita sua “implementação positiva, segundo juízos de valor que afirmam uma verdadeira escolha”. Ele aponta que o patrimônio contribui, tradicionalmente, para a legitimação do poder.

Uma vez vinculado à legitimação de poder e transmissão de conhecimento, inegavelmente é preciso que se pense a questão da memória e das evidências materiais do passado enquanto monumentos e documentos para que se possa compreender melhor a importância educativa atual destes polos de conhecimento.

A História, na qualidade de forma científica da memória coletiva, é o resultado de uma construção empreendida baseada nos testemunhos remanescentes do passado. E tudo aquilo que sobrevive do passado o faz seja pela escolha das forças que atuam conforme se desenrolam os episódios do mundo e da humanidade, seja por aqueles que pesquisam a ciência do passado. A diferença destes materiais relacionados à memória está em como eles se apresentam no presente. Os monumentos são, de início, a própria herança do passado, tudo quanto restou, enquanto os documentos apresentam-se a partir do critério do historiador. Assim sendo, este último é, de forma mais específica, o monumento – o que restou do passado – o qual o historiador selecionou para seu trabalho pelos mais variados motivos¹¹.

Tal caracterização do que restou do passado é apontada por Le Goff a partir de uma desconstrução da dicotomia que existia até meados do século XX entre uma concepção de documento e monumento em que apenas o primeiro possuía verdadeiro valor de pesquisa por ser efetivamente escrito, enquanto que o segundo possuía veracidade contestável visto que monumentos são

¹¹ LE GOFF, Jacques. *Documento/Monumento*. In: História e memória. Tradução Bernardo Leitão. Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990, p. 535.

testemunhos em grande parte não escritos e, portanto, dentro desta perspectiva possuem uma intencionalidade que não existe no documento escrito¹². Le Goff quebra esta perspectiva colocando que o documento é, ele também, um produto gerado por certa sociedade segundo as relações de forças que então conservam o poder e, desta forma, apenas sua análise enquanto monumento – como testemunho parcial vinculado a interesses – poderia permitir à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo com pleno conhecimento de causa.

Endossando também este ponto de vista encontra-se Foucault. Pretendendo sempre buscar novos caminhos e apresentar novas possibilidades para o fazer história e o pensar sobre as ciências humanas, ele contribui de maneira definitiva para a construção dessa postura crítica do historiador para com o documento, criticando a história metódica que procura memorizar os monumentos do passado e transformá-los em documentos oficiais prontos e factuais que falariam por si próprios organizados como livros, textos ou registros, colocando que a nova História deve, assim, transformar os documentos em monumentos ao desmistificar a veracidade absoluta destas fontes¹³.

Todo monumento é, pois, documento. Assim, o historiador não deve ser apenas capaz de discernir o que é "falso", avaliar a credibilidade do documento, mas também saber desmistificá-lo. Os documentos só passam a ser fontes históricas depois de estarem sujeitos a tratamentos destinados a transformar a sua função de mentira em confissão de verdade¹⁴. Ou seja, documento é monumento no sentido de ser o resultado de um empenho das sociedades históricas

¹² Para maiores informações acerca do debate histórico sobre a evolução das concepções de documento e monumento para a ciência histórica no decorrer do século XIX e XX, ver LE GOFF, *op. Cit.*, p. 536-542.

¹³ FOUCAULT, Michel. "A arqueologia do saber", tradução de Luiz Felipe Baeta Neves - 7ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. P. 14.

¹⁴ LE GOFF, Jacques. *Op. Cit.* P. 111

para impor ao futuro, de forma voluntária ou não, determinada imagem de si próprias.

Desta feita, o que o historiador deve fazer é analisar as formações discursivas dos documentos monumentos e localizar os objetos do saber sem se preocupar com o que é verdadeiro ou falso, condicionando-o a descobrir como se produzem os discursos de determinado período, uma vez que o historiador que se debruça sobre o documento não está, ele próprio, isento do contexto de sua época e de suas percepções individuais, o que faz com que seu olhar sobre o documento seja direcionado para determinados pontos em consonância com seus conceitos.

Uma vez que todo documento-monumento está vinculado ao passado e, portanto, à memória, é importante que se levante a concepção desta enquanto memória histórica.

A Memória encontra-se nos alicerces da própria História, consubstanciada com os conceitos de documento, monumento e oralidade. É recente, porém, a reflexão historiográfica acerca de seu conceito enquanto objeto histórico. Até então estudada principalmente pelas áreas de sociologia, filosofia e psicanálise, em finais da década de 1970 os historiadores da Nova História começaram a trabalhar a memória de um ponto de vista historiográfico, em especial no campo da História Oral. Desde então, muitos estudiosos tem voltado suas pesquisas para a percepção das variadas formas de memória e para a compreensão de como aquela age sobre nosso entendimento do passado e do presente.

Maurice Halbwachs foi o primeiro estudioso a analisar de forma sistemática o caráter social da memória contestando a noção desta enquanto fenômeno puramente individual e biológico. O autor afirma que a memória de cada indivíduo existe sempre a partir de uma memória coletiva, memória esta que, por sua vez, constitui as lembranças. A memória individual se percebe como tal a partir da

experiência individual de se pertencer a um grupo e é acompanhada do ensino recebido pelos outros que compõem este mesmo grupo. Ela está, portanto, necessariamente atrelada ao elemento histórico e social.

O suporte principal da memória coletiva é, assim, a linguagem, uma vez que é ela quem permite a formulação de uma narrativa do que cada indivíduo viveu no passado. Dentro desta perspectiva, cada memória individual é um ponto de vista da memória coletiva que pode mudar conforme o lugar que ocupa cada pessoa que se lembra de determinado acontecimento e as relações que ela mantém com os outros e com seu meio¹⁵. Em contraposição a este passado vivido – a memória autobiográfica – há a sucessão de acontecimentos exteriores ao indivíduo – a memória histórica.

A partir deste pressuposto, é justamente quando termina a tradição e se decompõe a memória social que tem início a História, onde as narrativas são organizadas e esquematizadas num quadro como mecanismo de preservação das lembranças como um todo. A História é, então, associada à reconstrução incompleta de um passado que não mais existe utilizando, para tal, narrativas lógicas e lineares¹⁶.

A memória é aquilo que se baseia no vivido, que se enraíza na imagem e no objeto, e é assegurada por grupos sociais, enquanto que a história só conhece o relativo e tem como objetivo deslegitimar o passado vivido. A memória entra como responsável pela conservação de certas informações e tem estudo é interdisciplinar.

O estudo histórico da memória coletiva deve abranger as diferenças existentes entre as sociedades cuja memória é substancialmente oral e aquelas que a tem essencialmente escrita. Os povos sem escrita cultivam, de acordo com Le Goff, as tradições por

¹⁵ HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2006, p. 66

¹⁶ NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. Projeto História, nº 10, dez. 1993, p. 7-28.

meio de narrativas mitológicas transmitidas às demais gerações pelos indivíduos responsáveis pela manutenção e repasse da história de seu povo, não lançando mão de técnicas de memorização organizadas e padronizadas tais quais a escrita. Tal posicionamento leva Le Goff a valorizar as relações da memória histórica e suas transformações sociais, apontando que o papel dos criadores e manipuladores da memória coletiva são os “Estados, meios sociais e políticos, comunidades de experiências históricas ou de gerações, levadas a construir seus arquivos, em função dos usos diferentes que fazem da memória¹⁷”.

A memória, ambiente no qual nasce e cresce a História e que dela se alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. “A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar de *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia”¹⁸. Mas também é instrumento de poder: desta forma, a noção de memória coletiva como tradição não necessariamente institucionalizada deve servir como elemento de libertação para os indivíduos.

À luz de tais reflexões, voltamos à questão da transmissão desta memória enquanto História, em especial em museus e monumentos históricos.

Tendo em vista o desenrolar dos processos educacionais em museus e monumentos, é possível apreender-se que tais instituições são, também, elas mesmas, agentes e sofredoras das transformações sociais pelas quais tem passado a nossa sociedade nos últimos séculos. São, assim, parte de processos não-estáticos e necessitam refletir sobre tais transformações, em especial as que dizem respeito

¹⁷ Para maiores informações acerca das transformações sociais da memória na História, ver LE GOFF, História e Memória. Trad. Port. Bernardo Leitão. Campinas, EDUNICAMP, 1990

¹⁸ LE GOFF, *op. cit.*, p. 476

diretamente às questões pedagógicas, uma vez que elas próprias possuem papel educativo importantíssimo.

As transformações sociais nos últimos três quartos de século desembocaram em uma verdadeira revolução das ciências humanas e sociais no sentido de que os campos temáticos se expandiram e de que há uma ampliação do conceito de fonte histórica e até modificações na noção de monumento e documento.

Entretanto, uma grande diferença entre a História “que se faz”, acadêmica, e a que se leciona nas escolas e que se divulga ao grande público não obstante existe. De acordo com Mendes¹⁹, ainda é – e sempre será – necessário que qualquer educador em História realize uma adequação entre o que é a História-Ciência e o que é a História-Docência.

A superação dos problemas didáticos metodológicos deve ser uma preocupação constante do conjunto dos profissionais de História em uma perspectiva que busque repensar e fortalecer cada vez mais as relações entre o que se ensina, o que se pesquisa e o que se produz, visando uma melhor formação do profissional de História que sai da Universidade para o campo de trabalho e também uma melhoria no ensino desta disciplina no âmbito formal e informal.

Assim sendo, a questão que se coloca é: de que maneira pode o professor ou educador em História transpor o conhecimento acadêmico repleto de jargões e debates específicos para as salas de aula e para o grande público de forma interessante e chamativa sem que se perca a profundidade do conhecimento e possibilitando uma reflexão? Como articular este ensino com o advento das novas mídias e tecnologias no final do último século, visto que os próprios processos de aprendizagem das crianças e adolescentes vem se modificando mais uma vez?

¹⁹ MENDES, J. Amado. Op. cit., p. 32

É importante, portanto, imaginar uma abordagem comunicativa diferente, que utilize as novas mídias populares de uma forma que possa despertar nos alunos e no público como um todo a curiosidade e o ímpeto em aprender. Tal abordagem não pode, porém, cair na armadilha de se destituir de conteúdo e chamar a atenção apenas pela forma atual.

Os museus e monumentos são, de forma geral, instituições culturais e educativas nas quais o ponto de partida para a reflexão e para o conhecimento encontra-se nos próprios objetos, imagens e estruturas então presentes. Tal linguagem, essencialmente visual, é, portanto, diferenciada em relação às demais entidades – e, desta forma, deve ser desenvolvida de acordo com suas peculiaridades. A possibilidade da utilização das novas mídias e tecnologias nos processos de composição de exposições e como ferramenta auxiliar na compreensão do tema que se está expondo é viável devido ao fato de que, nos processos de aprendizagem baseados na informática, o educador pode se utilizar dos diferentes tipos de recursos, programas e linguagens apresentados pelos softwares educacionais disponíveis no mercado para propiciar um novo modelo de interatividade entre ele, os conteúdos e a formação do aluno ou do visitante.

Aponta-se, porém, sempre, a necessidade de se voltar também para própria construção de parâmetros de análise desses materiais, contribuindo para os profissionais da instituição cultural desenvolvam categorias que lhes permitam avaliar as características dos softwares disponíveis do ponto de vista didático de forma a sustentar suas decisões a respeito dos materiais a serem utilizados e de como usá-los para ensinar com o apoio das novas tecnologias ampliando, assim, as possibilidades que essas novas ferramentas podem propiciar ao ensino.

O tipo de educação que se associa aos museus é mais participativa e descentralizada e, em certa medida, selecionada espontaneamente pelo próprio aprendiz, levado pelo interesse e pela

motivação pessoal. Ao se compreender a noção de aprendizado como um processo de mudança conceitual ao invés de mera absorção de um conhecimento transmitido, nota-se que a instituição-museu é o espaço ideal para o desenvolvimento de tais processos, uma vez que são eles próprios, por excelência, locais de observação, interação e reflexão. E as propostas formuladas para que haja uma maior interação entre o visitante e o museu de forma que o processo de aprendizagem do indivíduo seja pleno giram, muitas delas, em torno da busca paulofreiriana por uma aproximação com o cotidiano do aluno ou do público em geral.

Quando estamos tratando da sociedade ocidental das grandes cidades de hoje em dia, precisamos levar em conta que cotidiano destas pessoas está o tempo inteiro intimamente vinculado a elementos tecnológicos, do celular que os desperta ao microondas que esquenta o leite; do jornal que se lê online à música que se ouve em um MP3. Tais modificações necessitam, com urgência, estar na pauta da discussão quando se fala em ensino de História, em especial em museus e monumentos nacionais.

Os museus históricos, compreendidos como elementos de construção e divulgação de uma noção de identidade coletiva e de um discurso de pertencimento a determinado grupo, tornam-se, também, importantes patrimônios ideológicos relacionados à memória. E a utilização de uma linguagem com especificidades temáticas e imagéticas apoiadas pelas novas tecnologias pode permitir aos seus visitantes uma compreensão de seu próprio passado como uma construção do presente que busca atender às demandas específicas que este presente traz.

Desta maneira, faz-se mister que haja uma reflexão mais aprofundada sobre tais ferramentas e sua utilização na criação de projetos educacionais relevantes para o ensino de História em museus e monumentos. É certo que todo e qualquer tipo de mudança acarreta

quase sempre resistência por parte dos envolvidos devido aos mais variados motivos, e que isto acontece tanto na prática individual como na coletiva.

O principal ponto a ser levantado é que necessita de estudo mais aprofundado neste sentido transita em torno da linguagem através da qual o processo de aprendizagem será empreendido. Museus e patrimônios possuem linguagens peculiares enquanto instituições baseadas na cultura material e o processo de aprendizado ali empreendido deve, sim, respeitar tais especificidades. A tecnologia moderna parece, porém, oferecer novas possibilidades não só para aumentar o acesso e a interpretação do conhecimento ali oferecido mas também para fazer uma ponte entre a memória histórica e a memória coletiva sem que a memória coletiva seja alienada daqueles a quem pertence.

Dentre as instituições culturais as quais já adotaram meios de aplicação de novas mídias com o objetivo de aperfeiçoar a mediação exposição-visitante estão o Relógio Astronômico de Praga, o Museu da Língua Portuguesa, o Catavento Educacional e Cultural, o Museu das Telecomunicações e o Museo del Bicentenario.

O Museo del Bicentenario, localizado na cidade de Buenos Aires, na Argentina, emprega a utilização de vídeos explicativos interativos em sua exposição permanente. O museu, cujo objetivo museológico está na preservação da memória histórica e no resgate da identidade nacional Argentina a partir de um diálogo do passado com o presente, foi fundado sobre os resquícios do Fuerte de Buenos Aires, do século XVIII, e da Aduana Taylor, do ano de 1855. O espaço onde se situa sofreu diversas transformações territoriais nos últimos dois séculos, encontrando-se, hoje, completamente diferente. Com o objetivo de favorecer a compreensão daquela área por parte do público, há, em uma das salas do museu, um telão onde é veiculado um vídeo explicativo feito a partir de fotos e pinturas do local em diferentes

séculos. As imagens se contrapõem, oferecendo ao visitante uma dimensão visível do que ali ocorrera nos últimos séculos.

Tal ferramenta midiática possui importância efetiva para a compreensão de um espaço que se encontra em ruínas e totalmente modificado.

Uma vez que o Monumento Nacional Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos também está localizado em um local o qual sofreu diversas modificações desde seu funcionamento como engenho até os dias de hoje, proponho-me, com esta pesquisa, desenvolver uma ferramenta midiática com estas bases a ser então aplicada com o objetivo de aperfeiçoar a experiência do público na mencionada instituição.

CAPÍTULO I - O ENGENHO SÃO JORGE DOS ERASMOS E A CIDADE DE SANTOS: DA COLONIZAÇÃO À ATUALIDADE.

1.1 Açúcar e colonização na Capitania de São Vicente.

O processo da colonização portuguesa em terras hoje brasileiras insere-se no contexto da Expansão Marítima europeia. O modelo expansionista de colonização, motivado e orientado pelo sistema mercantil, procura um retorno rápido do investimento inicial na colônia em forma de mercado consumidor para produções manufaturadas e metais preciosos a serem extraídos. As terras aqui encontradas, porém, dispunham de uma população nativa que, diferentemente das Índias, não estava habituada ao comércio e não possuía metais caros à Europa. Assim, a exploração inicial foi a partir de elementos aqui encontrados que possuísem algum interesse comercial na Europa, como a madeira do pau-brasil.

Uma vez que tal atividade em si mesma não justificava à Coroa o custo relativo ao povoamento da região, ela a concedeu a arrendatários em uma iniciativa particular da ocupação da terra, sem seu financiamento. Esses arrendatários possuíam também o compromisso de defender o território português contra ataques indígenas e estrangeiros e estabelecer feitorias para armazenagem e comercialização da madeira extraída, além de efetuar o pagamento do imposto real à Coroa.

Este cenário de colonização começa a mudar conforme as invasões estrangeiras, em especial a disputa direta de franceses nas regiões litorâneas de exploração dos recursos da mata, tornam-se frequentes. A partir de então faz-se fundamental a implantação de um sistema de proteção mais eficaz.

A expedição de Martim Afonso de Souza é então enviada em 1530 com o objetivo de estabelecer efetivamente uma colônia através da concessão não hereditária de terras aos povoadores que trazia e explorá-las, tendo em vista a necessidade de sua efetiva ocupação. Em 1532 ele funda a Vila de São Vicente.

Esta vila, que conta com a Câmara, o Pelourinho, a Cadeia e a Igreja, símbolos da colonização e bases da administração portuguesa, possui uma conformação geográfica propícia à defesa dos canais navegáveis do estuário. É um ponto estratégico para resistência à possíveis invasões vindas do mar. Do ponto de vista militar e simbólico da conquista, o estabelecimento de estruturas fortificadas para o controle das principais rotas de entrada ao lagamar santista era indispensável, tendo como tática o fogo cruzado disparado pelo armamento das fortalezas onde dois pontos, cada um fixado em margens opostas do canal principal, projetavam os ataques²⁰.

A região possuía um número considerável de portos naturais, principalmente o porto onde se implementou um pouco mais tarde a Vila de Santos. A Vila de São Vicente era intentada por embarcações ademais por ser local de apoio a quem rumava para o sul, ambicionado pelos corsários e portugueses.

Os canais do lagamar santista permitiam também que barcos menores como canoas atracassem no continente em pequenos portos, tendo como principal entrada o Esteiro do Ramalho, principal acesso ao planalto, na subida da Serra do Mar. Sua trilha se comunicava no altiplano com as vias que ligavam os sertões e permitiam que, a partir de São Paulo, se chegasse por caminhos e rios que correm até Potosí²¹.

²⁰ CORDEIRO, Silvío. - "A paisagem histórica do Engenho São Jorge dos Erasmos: o vídeo como instrumento educativo na arqueologia do monumento quinhentista". Dissertação de mestrado pelo MAE. São Paulo, 2007.

²¹ Caminhos indígenas que já haviam aqui foram muito utilizados – entre eles, o PEABIRÚ, que ligava o litoral brasileiro à mesopotâmia paraguaia, atingindo a rede de caminhos do Império Inca nos Andes.

Dito isso, é notável que se fazem fatores determinantes na ocupação das terras indígenas em curso a situação geográfica, as vias de penetração e as perspectivas em relação às aldeias locais.

A partir desta perspectiva estratégica, a consolidação como vila povoada vem com a instalação dos primeiros engenhos de açúcar e seu modo de produção.

O Brasil foi naquele período em quinze lotes – as Capitânicas Hereditárias – por uma série de linhas paralelas ao equador que iam do litoral ao meridiano de Tordesilhas, cada uma entregue aos cuidados de um capitão-donatário. Ao conceder direitos reais aos que se dispusessem a investir capital privado na empresa colonizadora, D. João III impulsionou a primeira tentativa de colonização efetiva do Brasil. Para isso, a Coroa lançou mão de algumas fórmulas cuja origem se encontra na sociedade feudal europeia. É o caso, por exemplo, do direito concedido aos donatários de obter pagamento para licenciar a instalação de engenhos de açúcar; esse direito é análogo às banalidades pagas pelos lavradores aos senhores feudais. Entretanto, tem nitidamente objetivos mercantis, estabelecendo-se a conquista e posse efetiva das terras em uma ocupação ordenada de bases urbanas financiada pelos donatários que, por sua vez, objetivavam produzir açúcar na colônia. A Coroa repassou, assim, quase todo o fardo da implantação da colônia aos donatários das capitânicas e seus colonos²². Em troca do compromisso com o povoamento, a defesa, a exploração das riquezas naturais e a propagação da fé católica e tendo, ainda, em vista a perspectiva de lucro existente devido ao crescente comércio de açúcar na Europa, o rei atribuiu aos donatários direitos e isenções, o que deixava os custos da colonização relativamente menores em

²² A Coroa também investe diretamente na colonização por capitânicas implantando as duas primeiras cidades coloniais do Brasil: Salvador, fundada por Tomé de Souza em 1549, e Rio de Janeiro, fundada por Mem de Sá em 1565.

comparação com as Índias e permitia aos súdito-mercadores com poucas chances de sucesso lá que obtivessem êxito aqui.

Dá-se então a instalação dos primeiros engenhos de açúcar na vila de São Vicente. As técnicas da produção do açúcar são desenvolvidas nos engenhos das ilhas portuguesas como Madeira, tendo Portugal como maior produtor. Os armadores portugueses aliavam-se a outros de nacionalidades variadas, como genoveses e flamengos para a implantação destes engenhos. E a instalação destes engenhos necessitava de populações permanentes que trabalhassem de maneira a suprir as necessidades do mercado europeu, o que acabou por solidificar a colonização da terra e a dinâmica do povoamento²³.

A consolidação do engenho de açúcar como núcleo dos estabelecimentos populacionais na colônia refletiu-se na organização social colonial. As questões relacionadas a posse, defesa e exploração de terra no momento foram todas organizadas de acordo com os interesses mais imperiosos dos donatário e colonos, como a definição das glebas e o trato da mão-de-obra.

Uma vez que a produção em larga escala do açúcar necessita de uma organização precisa do trabalho em funções contínuas consecutivas no tempo, a manufatura em forma de linha de produção é utilizada para se obter maior quantidade de mercadoria no menor tempo. Isso se dá devido à possibilidade de se efetuarem atividades distintas simultaneamente com a divisão do trabalho e de cada etapa, propiciando, assim, o fluxo contínuo da produção²⁴. Para que tais manufaturas recém-instaladas funcionassem em plena capacidade, gerando lucro, era necessária uma força de mão-de-obra numerosa. Em vista disso, as alianças e a miscigenação com os indígenas nativos,

²³ PRADO JR, Caio – Formação do Brasil Contemporâneo. Coleção Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro. Brasileira. PP. 12

²⁴ GAMA, Ruy – Engenho e Tecnologia. Livraria Duas Cidades, São Paulo, 1983.

primeiros esforços de aproximação e colaboração, mostraram-se insuficientes. Após rápido declínio dessa população no primeiro século da colonização, quando as aldeias já se encontravam destruídas e desintegradas por conflitos e doenças, a escravidão indígena aparece, então, como solução para as questões colonizadoras da exploração²⁵.

Para o estabelecimento dos engenhos produtores de açúcar e êxito da campanha colonizadora, além da mão-de-obra, foi fator fundamental a concessão das sesmarias aos colonos. Praticamente todos eles eram, assim, proprietários de terras. A distinção se dava no poder econômico de cada um para possuir os meios de produção necessários, principalmente o engenho em si e a mão-de-obra escrava. Eram poucos os capazes de levantar engenhos próprios, uma vez que essas instalações exigem recursos elevados. Assim sendo, aqueles que possuíam os recursos para tal detinham grande poder social à época.

O poder municipal, constituído quando da criação ou elevação de determinado povoado à condição de vila e cidade e dirigido pelos donatários das capitanias, era o sustentáculo oficial da ação colonizadora. Representava o poder local dos grandes proprietários rurais que detinham os meios de produção e atuavam em todas as instâncias de decisão da colônia, incluindo a justiça – cujo exercício respeitava as demandas dos potentados. Os colonos possuíam, assim, relativa autonomia neste primeiro século de colonização.

²⁵ Para maiores informações sobre a escravização indígena e os conflitos entre colonos e jesuítas, ver MONTEIRO, John Manuel – Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. Companhia das Letras, São Paulo, 1995.

1.2 Do Engenho do Governador ao Engenho dos Schetz: Apogeu e Declínio.

Martim Afonso de Souza, ao fundar a Vila de São Vicente, constituiu, em conjunto com seu irmão Pero Lopes de Souza, donatário da capitania de Santo Amaro, e outros membros de sua armada, uma sociedade mercantil de nome Armadores do Trato com o objetivo de construir dois engenhos de açúcar. De acordo com as escrituras levantadas por Madre de Deus em Memórias para a História da Capitania de São Vicente, eles ficariam responsáveis pela doação da terra e celebraram contrato de entidade com Jan Van Hielst, Francisco Lôbo e o piloto-mór da armada Vicente Gonçalves. Martim Afonso assinou as terras de São Jorge em São Vicente para a construção do seu engenho.²⁶

Tal propriedade teve diversos donos no decorrer de sua história e, assim, diversos nomes. Inicialmente, por pertencer ao donatário da Capitania, foi chamado Engenho do Senhor Governador. Depois, devido à companhia criada em conjunto com os homens de sua armada, Engenho dos Armadores. Após isso foi chamado de Engenho São Jorge e, posteriormente, quando as partes do engenho foram vendidas para o alemão Erasmo Schetz, ficou conhecido como Engenho São Jorge dos Erasmos.

Era por volta do ano de 1540 quando o engenho dos Armadores do Trato foi comprado pelo mercador flamengo Erasmo Schetz. Inicialmente ele comprou as partes de Martim Afonso, Francisco Lobo e Vicente Gonçalves. Um pouco depois, adquiriu também a parte de seu sobrinho Jan Van Hielst. Schetz obteve as terras devido às relações

²⁶ MADRE DE DEUS, Frei Gaspar. Memórias para a História da Capitania de São Vicente, Hoje chamada S. Paulo. Edusp, São Paulo, e Ed. Itatiaia, Belo Horizonte, 1975, pp. 84.

comerciais que já havia estabelecido previamente com os Armadores do Trato.

Esta manufatura foi construída em pedra sobre um patamar granítico e voltado para o continente e para o entorno. Erguido à semelhança dos engenhos existentes na ilha dos Açores, dada a aglutinação de áreas residenciais e de trabalho num único edifício, supõe-se ter sido um estabelecimento de porte médio. Possuía, por estar localizado próximo de um riacho, moenda movida à energia hidráulica, com roda d'água de eixo horizontal. As escavações arqueológicas efetuadas por Luís Saia desenterraram o que se conjectura ter sido a mó de pedra, roda com um metro de diâmetro que fazia girar os eixos com os quais se esmagava a cana para obter o caldo. Também foram encontradas as fôrmas de pães de açúcar, que recebiam o caldo de cana fervido e o armazenavam por cerca de 45 dias, após os quais o era retirado. A camada superior e mais clara era a parte nobre, que se destinava à exportação. Na inferior, ficavam depositados o bagaço da cana e as impurezas, o produto mascavo e mais escuro. O Engenho foi construído sobre uma plataforma de terreno ampliada pela construção de muros de arrimo, de frente para o continente e a paisagem à frente e protegida dos ataques dos índios pelo Morro da Nova Cintra atrás. O curso de água que encontrava-se abaixo facilitava o transporte da cana e do açúcar por canoas. Insere-se no contexto de um conjunto de edificações como casas, comarcas, igrejas e outros engenhos erigidas a partir da fundação da Vila de São Vicente, em 1532, e de Santos, em 1534. Era um engenho de assentamento, que não possuía as tradicionais Casa Grande e Senzala, se utilizava de mão-de-obra escrava indígena e a força motriz da moenda era a água.

Erasmus Schetz nasceu em Maastrich na década de 1480. Seu pai era Conrad Schetz, de origem alemã, diretor da Casa da Moeda em

Lier²⁷. Erasmo torna-se cada vez mais importante como financeiro do rei Carlos V no decorrer de suas transações e, por isso, acaba deixando seus negócios em Lisboa em mãos de feitores e servidores e fixa residência em Antuérpia, que se tornara importante praça comercial do norte da Europa no século XVI. Schetz já comercializava açúcar nesta cidade desde 1501, entre outros produtos. Lá fundou uma das principais casas mercantis entre os flamengos, a Erasmus Schetz & Filhos, implicada com o grande comércio colonial português.

Uma vez que a empresa dos Schetz já estava inserida no ramo de fornecimento de açúcar português às refinarias da Antuérpia e já havia estabelecido as relações comerciais neste negócio, a compra por ele do Engenho de São Jorge se dá na perspectiva de obter lucro com este mercado promissor. O açúcar estava muito valorizado como especiaria naquele momento pois cada vez mais tornava-se popular seu consumo entre as populações urbanas europeias. A compra do Engenho significaria, então, não precisar gastar com a compra da matéria prima a ser distribuída.

E os flamengos atuavam no Brasil com privilégio real, visto que o monopólio português não impedia os negócios da família Schetz. Enviavam os navios para cá com equipamentos e mercadorias para serem vendidas na capitania e, na volta, levavam o açúcar produzido e outros produtos tropicais.

A compra de um engenho de açúcar era, portanto, enquadrada muito bem nos negócios ultramarinos dentro do império português dos Schetz e na lógica do açúcar da economia da Europa ocidental. À exemplo dos portugueses, a sociedade flamenca rapidamente se torna uma das maiores consumidoras de açúcar da Europa.

²⁷ STOLS, Eddy. Um dos primeiros documentos sobre o Engenho dos Schetz em São Vicente. *Revista de História*. São Paulo, FFLCH-USP, v. 37, nº 76, 405-419, 1968

A fortuna de Erasmo aumentou consideravelmente com o engenho obtido no Brasil. Em 1545, adquiriu também o senhorio de Grobbendonk, tornando-se senhor de terras em Flandres e no Brasil e proporcionando-lhe uma reputação de nobreza.

Erasmo Schetz vive até 1550 e, ao falecer, deixa aos filhos o que construiu em vida. Seu filho mais velho, Gaspar Schetz, é quem toma as rédeas da empresa do pai, inclusive do engenho na capitania de São Vicente.

Infelizmente é parca a documentação acerca do Engenho referente ao que se deu com o empreendimento dos Schetz. Foram Eddy Stols e Carl Laga, a partir da análise e estudo dos papéis depositados pelo Duque d'Ursel nos Archives Générales du Royaume, em Bruxelas, os historiadores que buscaram ampliar o pouco que se sabia até então.

O Engenho funcionou, segundo o historiador Paul Meurs, até o século XVIII. E, ao longo desse período, produziu cana para exportação, rapadura e aguardente para consumo interno nas vilas de Santos e São Vicente no século XVIII. Ao longo desse século, porém, podemos constatar a decadência da propriedade. Para a produção de açúcar e derivados, além da fábrica propriamente dita, o Engenho possuía unidades administrativas e residenciais, inclusive dependências para escravos.

Sabe-se que o engenho ainda funcionava sob a administração de Gaspar, mas após seu falecimento seus filhos Lancelot e Melchior Nicolas decidiram vender os bens que possuíam no Brasil devido às dívidas acumuladas no período e porque a exportação de açúcar da Capitania de São Vicente para a Europa não era mais rentável. Depois de 1580 a região entrou em forte decadência. Entretanto, as instruções para a venda do engenho não foram cumpridas pelo enviado que deveria efetuar a transação em São Vicente. Este decidiu servir aos seus próprios interesses, assim como os feitores assalariados passados

dos quais tanto dependiam os negócios do Schetz no Brasil. Estes feitores deveriam olhar a manutenção das máquinas e dos prédios, bem como controlar os empregados e escravos, providenciar abastecimento de mantimentos e de cana e cuidar para que moradores vizinhos não invadissem a propriedade. Era um cargo de muita responsabilidade. Os Schetz, porém, não inteiravam o salário do feitor com participação nos lucros do engenho, o que fazia com que eles por muitas vezes trabalhassem em prol de seus próprios interesses em detrimento dos interesses proprietários. Estes conflitos contínuos dos Schetz com seus feitores é apontada por Stols como o ponto fraco da empresa ultramarina²⁸.

Possuindo conhecimento dos roubos e desvios entre os colonos, os enviados pelos Schetz transformaram o engenho em um cenário de disputa. As iniciativas para a venda do empreendimento não resultaram no esperado pela família devido à venda ilícita de bens de propriedade dos Schetz nas praças de São Vicente e Santos, o que provocou uma ação pública movida por representantes dos proprietários, Manuel van Dale e o superior dos jesuítas na capitania. A situação, para os herdeiros, estava fora de controle. As relações entre os jesuítas e colonos também estava tensa e os feitores do engenho tomavam parte na política local. A propriedade dos Schetz não pôde resistir ao jogo de interesse dos envolvidos e sucumbiu.

O Engenho foi arruinado pelos que buscavam revigorar a produção de açúcar na capitania.

Algum tempo depois disso, o Engenho dos Erasmos foi incendiado, em 29 de janeiro de 1615, pelos mosqueteiros da frota militar-mercantil comandada pelo almirante Joris Van Spilbergen quando por aqui passou na segunda viagem neerlandesa de circunavegação do mundo.

²⁸ STOLS, Eddy. *Op. Cit.* pp. 408

Silvio Cordeiro, em sua tese de mestrado, traduz o diário de viagem originalmente publicado em língua inglesa que ilustram os últimos dias do Engenho São Jorge dos Erasmos antes de cair no abandono e esquecimento:

“No alvorecer da manhã 23º dia [dia 23 de janeiro de 1615] sete barcos repletos de homens armados foram enviados à São Vicente, seguidos pelo Jager e Mewee [Caçador e Gaivota, embarcações da frota neerlandesa], levando muitos homens, O Almirante e todos os comandantes militares estavam a bordo também. Explorando a terra, três pessoas avançaram com uma bandeira de paz e puseram umka carta em uma estaca e uma bandeira branca próxima dela. Depois disso um português rapidamente se adiantou, tomou a carta e lendo-a mostrou que não poderia ajudar-nos; ele levou nossos homens à raiva e nossas bandeiras de paz foram baixadas e a [bandeira de] Orange subiu em seu lugar.²⁹”

1.3 Ruínas do Engenho dos Erasmos, um Monumento Nacional: perspectiva cultural e educacional.

O Monumento Nacional Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos é, hoje, um polo cultural constituído por um patrimônio interdisciplinar que abarca diversas áreas do conhecimento. Mas nem sempre foi assim.

Após seu declínio como engenho produtor de açúcar em 1600, o Engenho dos Erasmos ficou abandonado à sua própria sorte por um tempo demasiadamente longo. Esquecido por todos, passando de proprietário a proprietário por décadas, apenas na década de 1950 ele pôde sair do ostracismo e sua importância como documento histórico, arquitetônico e tecnológico começou a ser reconhecida.

²⁹ CORDEIRO, Silvio. - “A paisagem histórica do Engenho São Jorge dos Erasmos: o vídeo como instrumento educativo na arqueologia do monumento quinhentista”. Dissertação de mestrado pelo MAE. São Paulo, 2007, pp. 38.

Apesar de algumas homenagens isoladas, como a da Câmara de Santos em 1902, foi a partir da veiculação de artigos da historiadora Maria Regina da Cunha Rodrigues na imprensa sobre o histórico do Engenho e do envolvimento de Luís Saia, à época diretor do Distrito do IPHAN em São Paulo, que as ruínas passaram a ser reconhecidas. Isso e a consequente mobilização de entidades e indivíduos interessados pelo bem cultural em Santos e em São Paulo resultaram, finalmente, na doação do terreno pelo antigo proprietário, Otávio Ribeiro de Araújo, à Universidade de São Paulo em 1958³⁰.

Entretanto, ainda assim não foi de imediato que o Engenho recebeu a devida atenção. Em matéria publicada em 4 de julho de 1982 pelo jornal Cidade de Santos, o pesquisador J. Muniz Jr. discorria sobre o abandono ao qual estava relegado o monumento. Ele diz, citando o historiador Jayme de Mesquita Caldas:

“O completo estado de abandono em que se encontra o Engenho dos Erasmos não lhe dá condições de continuar sendo o orgulho histórico e turístico da Zona Noroeste. Transformou-se num barracão com estrutura de pedra e coberto de telhas. Há partes em que o cimento está segurando pedras: há nas velhas ruínas um pouco de cada coisa, contrastando com as pedras quinhentistas... enfim, será muito difícil, nos dias atuais, alguém nos indicar com precisão histórica a casa da moenda ou engenho, casa das fornalhas, casa das caldeiras ou dos cobres e a casa de purgar.”³¹

Apenas em maio de 1995 a Universidade de São Paulo e a Prefeitura Municipal de Santos assinaram o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta com objetivo de realizar uma escavação arqueológica e o projeto de revitalização cultural e de preservação do Engenho. De acordo com a Arqueóloga Margarida Davina Andreatta,

³⁰ LOURENÇO, Maria Cecília França - [et all]. Bens imóveis tombados ou em processo de tombamento da USP. São Paulo, EDUSP : Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

³¹ HISTÓRIAS E LENDAS DE SANTOS - AMARGO AÇÚCAR. O abandonado engenho dos Erasmos. Disponível em <http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0133e.htm>

em julho de 1996 iniciou-se a escavação arqueológica na área da ruína, concluída em 10 de dezembro do mesmo ano. O trabalho de laboratório realizado in loco foi executado concomitantemente ao inventário de peças arqueológicas coletadas nas pesquisas de campo.

Neste primeiro momento, o Engenho era um sítio arqueológico de estudo fechado ao público em geral.

É apenas a partir de 2004 que se inicia o desenvolvimento dos programas educacionais cujos objetivos são viabilizar o conhecimento a partir da interdisciplinaridade, em vista do contexto histórico, geográfico, arqueológico, arquitetônico, social e ambiental no qual as Ruínas estão inseridas, tornando-se assim um polo de realização de múltiplas atividades profissionais.

São desenvolvidos ali diversos projetos especiais voltados aos mais variados públicos a partir de um plano estratégico chamado de Plataforma Sophia, que propõe abordagens interdisciplinares congregando distintas áreas do conhecimento. Concomitantemente a isso, o setor educativo desenvolve também programas educacionais variados partindo dessa proposta, que englobam visitas monitoradas de grupos agendados ou não.

O Projeto VouVolto é um destes programas, destinado ao público escolar do ensino básico e fundamental. Ele consiste na realização de visitas monitoradas a partir de roteiros sócio-históricos e ambientais definidos em conjunto com o corpo docente da escola participante. Em um primeiro momento, os professores visitam o local antes dos alunos e realizam o planejamento da próxima visitação, com apoio dos educadores, a partir do que estão desenvolvendo em sala de aula. Na etapa seguinte, os alunos realizam a visita com a escola e os professores e desenvolvem as atividades programadas com a mediação dos monitores do Engenho. Ao final, são estimulados a retornar ao local durante as férias e finais de semana acompanhados

por seus pais e amigos, para que o conhecimento ali adquirido seja passado para frente.

Há também um programa oferecido pelo Engenho dos Erasmos cujo nome é “Biodiversidade: a escola e seu Entorno”. Este procura oferecer oficinas didáticas para alunos do Ensino Fundamental e Médio com o objetivo de incentivar uma maior sensibilização nos estudantes para o entorno da escola no sentido de compreenderem o meio como um todo, utilizando para isso os preceitos da Proposta Curricular do Estado de São Paulo. Buscando a compreensão da necessidade de preservação da biodiversidade do território, os alunos são encorajados a plantar sementes de diversas árvores nativas da região.

Durante as oficinas, os estudantes utilizam o Guia do Aluno (“diário de bordo”), documentos históricos, obras de arte e a ludicidade da prática de plantio de sementes de espécies nativas da mata atlântica, a favor da sensibilização para estratégias de conservação da biodiversidade urbana, propondo intervenções junto aos problemas que afetam o ambiente do próprio entorno da escola. O projeto surgiu do esforço para unir o conhecimento à realidade que cerca o aluno, contextualizando regional e globalmente tal conhecimento, conforme sugere o Currículo do Estado de São Paulo para a área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias.

Atendendo tais orientações, as oficinas realizadas no Monumento Nacional oferecem a possibilidade do aluno observar o entorno da sua escola e intervir nesta realidade através do plantio de espécies nativas da região. Conhecer o bioma, olhar ao redor, reconhecer as espécies e os benefícios ambientais que acumulam, aprender a lidar com suas sementes, plantar e acompanhar o desenvolvimento da muda, escolhendo seu destino final, costuma ser encantador para as crianças. Embutidos no processo, são oferecidos conhecimentos acerca de ecologia, ciclos da vida e reprodução dos vegetais, previstos nos respectivos currículos, porém em diálogo com implicações

socioambientais importantes para estes alunos: história ambiental, participação cidadã, identidades, memória.

Outra proposta educacional é o chamado “Portas Abertas”. Nela, é feita uma programação cultural interdisciplinar para cada final de semana do semestre, onde são ministradas variadas oficinas, como de fotografia, dança e pintura, bem como palestras e mesas de debate para a comunidade que vive no entorno do Engenho a fim de que a população crie um laço mais sensível para com o monumento e se compreenda como parte ativa dele.

Todos estes programas, bem como o atendimento ao público agendado ou espontâneo que se interessa por visitar o monumento, tem em comum a intenção de tornar o Engenho dos Erasmos um local onde as pessoas possam aprender e se interessar sobre as variadas questões interdisciplinares que o lugar pode levantar. Ao mesmo tempo que ensina, entretém. E desta forma ele se insere também no contexto dos museus enquanto atrações turísticas culturais que fomentam a economia das regiões onde se encontram.

CAPÍTULO II - PATRIMÔNIO HISTÓRICO E AÇÕES ECONÔMICAS E CULTURAIS.

2.1 - Preservar a memória e construir a História: o papel educacional e econômico monumentos históricos.

As questões relacionadas ao patrimônio estão na moda hoje em dia e um grande número de pessoas de diversas áreas utiliza-se dele como justificativa para ações e atuações muito variadas.³²

A noção de patrimônio cultural assumida pela grande população em geral é aquela que leva o indivíduo a entender o patrimônio enquanto algo que deve ser conservado por representar, em sua essência, um elemento de importância histórica para a sociedade. Entretanto, o que costuma ser negligenciado no conteúdo desta informação é o fato de que o que é visto e entendido como patrimônio depende sempre de uma escolha concebida a partir de determinados interesses. A memória que se elege preservar e a versão da história que se conta estão inseridos na perspectiva do poder e, desta forma, também o patrimônio.

Uma vez que a balança do poder sempre pende para as classes dominantes, esta perspectiva costuma deixar os grupos sociais que possuem pouca ou nenhuma influência política muitas vezes inviabilizados de ter seus símbolos de memória preservados ou sua história contada.

Neste sentido, Le Goff aponta que a memória, ambiente no qual nasce e cresce a História e que dela se alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. "A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar de identidade, individual

³² MENDES, J. Amado. Estudos do Patrimônio: Museus e Educação. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009. Pp. 9

ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia”³³. Mas também é instrumento de poder.

A utilização da memória enquanto instrumento de poder evoca a construção dos discursos de identidade nacional surgidos durante o século XIX e XX na Europa e na América Latina, exaltando momentos escolhidos de um passado tradicional a fim de justificar, com isso, a existência de determinado Estado-nação.

E a consolidação de museus e patrimônios como elementos transmissores de tais discursos identitários se dá neste contexto europeu do XIX. Vinculados até então a um passado distante e muitas vezes descontínuo, a confluência de pelo menos três fatores daquele século – Revolução Industrial, Nacionalismo e Colonialismo – acaba por impelir um mergulho no passado com o objetivo de consolidar as individualidades políticas de cada nação e, ao mesmo tempo, justificar sua superioridade técnica e histórica sobre novas áreas de dominação.

Inicialmente, a concepção do patrimônio surge ligada ao conceito de herança, de legado recebido pelos antepassados e que deveria ser transmitido aos seus descendentes. Françoise Choay aponta que esta estaria intimamente conectada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estabilizada em um tempo e em um espaço.

Considerando as mencionadas transformações pelas quais tal ideia passa no século XIX e também as sofridas no último século, Dominique Poulot aponta que a ideia de patrimônio define-se, simultaneamente, pela existência física de seus objetos e pelo valor estético e documental, além de ilustrativo e sentimental, que lhes atribui o saber comum por um estatuto específico, legal ou administrativo. O patrimônio depende, assim, da reflexão erudita e de uma vontade política sancionados pela opinião pública. Para se impor,

³³ LE GOFF, História e Memória. Trad. Port. Bernardo Leitão. Campinas, EDUNICAMP, 1990, p. 476

de acordo com o tipo de evidência que é a sua atualmente, a noção de patrimônio teve de passar por um processo complexo: “é o resultado de uma dialética da conservação e da destruição no âmago da sucessão das formas ou dos estilos de heranças históricas que haviam sido adotados pelas sociedades ocidentais³⁴”

Segundo Amado Mendes, o conceito de patrimônio atualmente está ligado à história – sendo ele mesmo, algumas vezes, a própria história materializada –, à memória e à identidade, ao turismo, desenvolvimento, ao trabalho e ao lazer³⁵, e ganha cada vez mais importância dentro da sociedade atual.

Tal importância é colocada por Poulot no sentido da construção de identidades, afirmando que, durante o século XX, o patrimônio assume de forma cada vez mais explícita sua “implementação positiva, segundo juízos de valor que afirmam uma verdadeira escolha”, servindo, assim, para a legitimação do poder.

Os museus, enquanto instituições culturais e educativas que se utilizam de uma linguagem diferenciada essencialmente visual - uma vez que são os próprios objetos do acervo que são material para reflexão - passam pelo mesmo.

No caso dos museus históricos, particularmente, enquanto elementos de construção de divulgação de uma noção de identidade coletiva e de um discurso de ordem de pertencimento a uma nação, a linguagem imagética e sua disposição temática possibilita compreender o passado de seus visitantes como uma construção do presente que busca atender às demandas que esse próprio presente traz. O indivíduo sente-se de alguma forma mais próximo daqueles acontecimentos do

³⁴ POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no ocidente*. São Paulo: estação Liberdade, 2009, p. 13.

³⁵ Para uma melhor compreensão acerca da expansão do conceito de patrimônio até hoje, ver MENDES, J. Amado. *Patrimônio(s): Memória, Identidade e Desenvolvimento*. In Estudos do patrimônio: Museus e Educação. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

passado, os quais foram escolhidos e construídos no presente para servir aos interesses atuais do grupo elaborador daquele discurso. Para que tal discurso torne-se efetivamente um patrimônio cultural que represente a legitimidade das forças políticas que o construíram e que dele vem se apropriando, é necessário que ele tenha visibilidade permanente, o que faz com que seja o museu, enquanto ele próprio instituição permanente, o cenário ideal para ser exibido.

Com o panorama mundial da consolidação das nações europeias e das independências latino-americanas no século XIX, os museus, com sua linguagem imagética e baseada na cultura material, passam a possuir, em consonância com as propostas pedagógicas escolares oficiais, um forte apelo didático nacionalista. O patrimônio passa a ser visto, nos contextos nacionais modernos, como forma objetivada da cultura através da qual determinada ideia de nação é substanciada e individualizada. Ligados diretamente à memória coletiva – e à construção desta memória –, os museus e monumentos culturais nacionais passam a representar materialmente a crença na realidade da nação como uma entidade individualizada que possui posses territoriais e culturais determinadas e também uma continuidade no tempo. E para que tal proposição seja consolidada, insere-se a necessidade de se observar o patrimônio a partir de perspectivas culturais e educacionais que visem este fim.

Em fins do XIX e início do século XX, um grande impulso dado à educação escolar acontece e as instituições museológicas passam a se voltar mais à conservação de seus acervos, do patrimônio e da cultura material do que ao seu papel educativo. No caso dos museus latino-americanos, estes permanecem quase sem apoio, seja estatal ou privado, até as décadas de 1940-50, quando se iniciam os processos de industrialização tardios na América Latina. E é após este período que há um reforço progressivo do componente educativo dos museus.

Este componente educativo passa a ser trabalhado de inúmeras formas, que dependem das propostas de cada instituição cultural. Uma delas, estimulada pelo próprio Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), é a chamada Educação Patrimonial. Originária do termo inglês "Heritage Education", vinculado especialmente ao trabalho pedagógico de valorização e preservação da herança cultural em suas variadas formas e Introduzida a partir do 1º seminário sobre o "Uso Educacional de Museus e Monumentos", realizado em 1983 no Museu Imperial em Petrópolis/RJ, a proposta de Educação Patrimonial foi inspirada nas experiências desenvolvidas especialmente na Inglaterra e lançou as bases do que viriam a ser os eixos de sustentação dos projetos desta área no Brasil. Estas bases sobre as quais assentam a metodologia incentivada pela museóloga Maria de Lourdes Parreiras Horta e pela sua equipe em várias regiões e contextos culturais do Brasil foram lançadas, bem como a própria metodologia, em uma publicação do IPHAN intitulada Guia Básico de Educação Patrimonial, do ano de 1999. Este guia aponta que a Educação Patrimonial é um processo contínuo de experimentação e descoberta. Não possui, assim, uma metodologia fechada, pelo contrário. Ela é total e perfeitamente passível de aprimoramentos e modificações sugeridos pelo próprio processo.

As experiências e práticas desenvolvidas a partir do começo do processo de difusão da Educação Patrimonial geraram, com isso, uma nova visão do patrimônio cultural brasileiro na sua maior diversidade de manifestações. Estas manifestações são consideradas fontes primárias de conhecimento e aprendizado que podem ser explorados tanto inseridos nos currículos escolares como, também, direcionado para questões ligadas à cultura para, a partir daí, instigarem alguma reflexão. O conceito de bem cultural, aqui, é compreendido como matéria da cultura, abrangendo bens tangíveis ou intangíveis, e enfatiza o processo de aprendizagem como um todo, como uma experimentação em descobrir de que forma os sinais da cultura são

produzidos e como podem ser utilizados para ampliar nossos horizontes.

O patrimônio cultural é aqui compreendido como uma fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e, também, coletivo, e procura conduzir seus agentes a um processo de conhecimento ativo a partir da apropriação e valorização de sua herança cultural, o que possibilita, por fim, a elaboração de novos conhecimentos num fluxo contínuo de produção de cultura.

Tendo em vista o desenrolar dos processos educacionais em museus e monumentos desde sua concepção até os dias de hoje, é possível apreender-se que tais instituições são, também, elas mesmas, agentes e sofredoras das transformações sociais pelas quais tem passado a nossa sociedade nos últimos séculos. São, assim, parte de processos não-estáticos e necessitam refletir sobre tais transformações, em especial as que dizem respeito diretamente às questões pedagógicas, uma vez que elas próprias possuem papel educativo importantíssimo.

As transformações sociais nos últimos três quartos de século desembocaram em uma verdadeira revolução das ciências humanas e sociais no sentido de que os campos temáticos expandiram-se e de que há uma ampliação do conceito de fonte histórica e até modificações na noção de monumento e documento.

E outra noção da importância do patrimônio àquela foi adicionada com o advento dos estudos da economia patrimonial e cultural, a perspectiva econômica.

Os novos cenários propiciados por essa nova Museologia mais abrangente e que assinalaram a evolução dos museus ao longo das últimas décadas fizeram com que esses espaços, que por muito tempo foram lugares fechados ou quase inacessíveis ao grande público, passassem agora por um processo de abertura para a comunidade e

para a população em geral, alargando assim sua atividade cultural e renovando a sua ação na sociedade. O museu deixa hoje de ser algo como um maosoléu de relíquias e se transforma em uma instituição dinâmica com possibilidades dela mesma também intervir no tempo e espaço atual de forma atrativa e financeiramente viável, revelando capacidade para se apresentar entre as mais importantes instituições na sociedade do novo milênio.

Com tais inovações surge também uma nova perspectiva do papel que o museu tem na sociedade atual. O museu, uma vez que é instituição que integra fluxos econômicos de bens e serviços culturais da nossa sociedade de consumo³⁶, não fica restrito apenas ao âmbito sociocultural, mas exerce, também, visível impacto na economia da região onde se encontra, propiciando um desenvolvimento integrado de determinada região.

A reflexão sob o ângulo econômico das artes e da cultura por muito tempo passou por certa relutância de sua aceitação por parte da maioria dos estudiosos, devido em grande parte a uma aristocrática reivindicação de prestígio do que é a cultura baseada em uma crença de que o mundo das artes seria em essência o reino do desinteresse e do bom gosto. Tal postura é, porém, excludente, sobretudo quando se trata de sociedades cujos sistemas educacionais não abrangem grande parte das populações mais pobres e o acesso e o desfrute da cultura erudita é, portanto, seletivo.

Pensar economicamente as artes e a cultura não significa equiparar as manifestações da criação humana e seus vestígios dos bens de consumo produzidos em série na lógica de mercado pela indústria. É acima de tudo aceitar que os bens e serviços culturais

³⁶ REIS, Ana Carla Fonseca. 2010. "Museus e Mercados de Arte como Agentes Econômicos: Um Diálogo entre Cultura e Economia" in Junior, José do Nascimento (org.) Economia de Museus. Brasília: Ministério da Cultura/IBRAM pp. 116.

funcionam baseados em determinadas lógicas de interesses, em especial econômicos³⁷.

Com a multiplicação de secretarias de cultura, a emergência de patrocínio privado às artes e também incentivos fiscais, o crescimento de entidades não-governamentais, o surgimento de grandes corporações de mídia e a popularização do acesso à internet esta perspectiva do desenvolvimento econômico atrelado à ideia do museu vem tomando forma e crescimento.

O ICOM, Conselho Internacional de Museus, tem na sua definição de museu publicada em 1984 situá-lo como instituição à “serviço da sociedade e do seu desenvolvimento”³⁸. Esta ideia de desenvolvimento associada aos museus encontra sua melhor forma durante a consolidação dos ecomuseus e dos museus de sociedade, uma vez que servem eles próprios logo de início de motor para a promoção das potencialidades turísticas do patrimônio natural e cultural da região onde se encontram.

Esta visão econômica é logo adotada por diversas instituições museológicas e terminam por demonstrar o quão positiva ela pode ser. Amado Mendes aponta, quando escreve sobre os primeiros ecomuseus, o quão importante foi para a economia de uma localidade da Escandinávia a criação do museu local, que possibilitou, ao resgatar a identidade cultural da população, em cerca de um século de existência, o desenvolvimento econômico do local a partir do turismo³⁹.

Outro exemplo cujo sucesso é importante destacar é o museu Guggenheim de Bilbao, localizado na zona portuária da cidade. Esta zona foi profundamente afetada pelo encerramento das fábricas e tornou-se uma área decadente e pouco importante para o resto da cidade, mas com a implantação do museu neste local ele passou a

³⁷ BENHAMOU, F. A economia da cultura. Cotia/SP, Ateliê Editorial, 2007. PP. 8

³⁸ ICOM. Site: www.icom.org.br

³⁹ MENDES, J. Amado. Estudos do Patrimônio: Museus e Educação. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009. PP.66

atrair cada vez mais investimentos com focos neste turismo e possibilitou à cidade uma projeção importante: Em 2005 o registro de visitantes do museu foi de quase um milhão de visitantes, que representaram cerca de 139 milhões de euros em impactos indiretos na localidade⁴⁰.

A vantagem e importância do museu em assumir este motor dinâmico da economia da cidade ou do bairro onde se encontra é que, em conjunto com seu papel educacional, ele pode trabalhar para atenuar as assimetrias do fluxo financeiro para o local permitindo e promovendo um desenvolvimento integrado à população e sustentável, através da construção de uma relação de proximidade estabelecida com a comunidade do seu entorno e o meio onde se insere.

Isso se dá na produção de novos empregos, de postos de trabalho específicos e gerais, na compra de equipamentos, no giro de capital para a divulgação externa e no investimento na educação e na transmissão cultural e artística naquele local.

2.2 Vestígios materiais e Ensino de História: museus a céu aberto, transformação do território e práticas culturais.

Uma das características mais marcantes desta sociedade de início de século encontra-se de forma muito interessante no considerável destaque que tem sido atribuído ao fenômeno museológico considerando suas variadas vertentes. Fala-se cada vez mais do papel dos museus no desenvolvimento sócio-econômico de

⁴⁰ COMMUNICATION FROM THE COMMISSION TO THE EUROPEAN PARLIAMENT AND THE COUNCIL on Actions for a Safer Europe. Brussels, COMMISSION OF THE EUROPEAN COMMUNITIES, 2008.

cada região e vemos, inclusive, um despontar de novos tipos de museus pelo mundo afora.

A concepção dos museus a céu aberto é uma que tem tido grande repercussão atualmente enquanto espaço de convivência, aprendizado e, sobretudo, observância do meio e do próprio território.

Poulot aponta que o surgimento destes museus ao ar livre, ou a céu aberto, “constitui a inovação mais original na virada dos séculos XIX-XX”⁴¹. A partir de uma ideia de retomada de certo sentimento de pertencimento nacional na população da Suécia, uma vez que muitas das tradições e culturas tradicionais camponesas da região haviam desaparecido, o filólogo Arthur Hazelius (1833-1901) decide, então, utilizar as coleções do Nordiska Museet, fundado em Estocolmo em 1873, para armar um cenário de ilustração da vida camponesa. Com este objetivo, é aberto em 1891 o primeiro Museu ao ar Livre, em Skansen, aldeia de oficinas e atividades tradicionais com animações feitas por guias folclóricos.

Além do acervo físico que este tipo de museu possui, ele também intenta uma conservação dos “gêneros de vida”, das tradições e do que posteriormente foi definido como patrimônio cultural imaterial⁴² em uma busca por associar a perspectiva do espaço social em incessante devir e a dos objetos e edificações conservadas nos museus tradicionais.

O museu, enquanto pólo educativo e centro de formação, além de possuir como objetivo a salvaguarda e o estudo do patrimônio, também tem em seu propósito a educação e o deleite da população.

A manutenção da ideia de democratização cultural e a simultânea constatação da insuficiente aplicação das necessárias renovações

⁴¹POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no ocidente*. São Paulo: estação Liberdade, 2009, p, 53.

⁴² Para maiores informações acerca do conceito de patrimônio cultural imaterial, ver FABRE, 2006, In POULOT, op. Cit., pp. 54.

museológicas para alcançar tal objetivo conduzem a um questionamento de se a instituição da forma como é concebida realmente seria capaz de cumprir as novas finalidades que passam a ser atribuídas enquanto instrumento de aprendizagem e animação sociocultural permanente e em articulação estreita com as pessoas.

Vem deste questionamento a proposta de um tipo de museu inovador, enquanto com uma expressão do tempo e de uma interpretação do espaço, mas ao mesmo tempo educativo e propiciador de reflexões, que encontra corpo nos ecomuseus ou museus de sociedade.

O termo específico de *ecomuseu* é cunhado com a 9ª Conferência Geral do ICOM realizada em Grenoble, em 1971, quando surge a noção de um patrimônio vinculado a uma comunidade e a um meio ambiente. Este modelo de “museu integral” criado pelo então diretor do ICOM, Hugues de Varine Bohan, ganha consistência quando, em 1972, os profissionais presentes nos debates da Mesa Redonda de Santiago do Chile (realizada pela UNESCO com o objetivo de debater o papel do museu na América Latina) tomam-se conta que não conhecem as comunidades dos locais onde encontram-se os museus onde trabalham.

Tem sido dada mais do que uma definição do que é um *ecomuseu*, mas utilizaremos aqui a mencionada por Mendes: “ecomuseu é uma instituição cultural, assegurando, nem dado território, funções de pesquisa, de salvaguarda, de apresentação e de valorização de um conjunto de bens naturais e culturais representativos de um meio e dos modos de vida que aí têm sucedido”⁴³.

As consideráveis transformações pelas quais nossa sociedade passou nesta transição de século e de milênio, ao mesmo tempo em

⁴³ MENDES, op cit pp. 65.

que reforçaram o papel educativo dos museus, acentuaram também sua responsabilidade. Os fatores são variados, e entre eles estão a constante atualização dos conteúdos de conhecimento e, por isso, sua obsolescência acelerada; o progresso tecnológico e científico vertiginoso; a necessidade de atenuar o caráter ainda em muito livresco e abstrato do ensino-aprendizagem; a necessidade de reforço da educação ambiental e ecológica; a prática efetiva e abrangente da interdisciplinaridade.

A linha de renovação museológica que se tem feito sentir a partir do fim da década de 1960 culmina na aclamação do museu e suas práticas como campo de reflexão teórica e epistemológica.

Os ecomuseus tomam forma e, em diferentes contextos e variadas conformações, passam a surgir e se multiplicar com muito entusiasmo até mesmo aos dias de hoje. No que cabe ao cenário patrimonial brasileiro, as iniciativas existem desde a época de 1970, e entre eles os exemplos mais significativos são o Museu Felícia Leirner, em Campos de Jordão/SP, o Instituto Inhotim/MG e o Monumento Nacional Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos, em Santos/SP.

Cada um deles com sua característica museal específica, todos integram a proposta de uma associação entre a natureza e o estado da arte e da cultura.

2.3 Museus e Novas Mídias: a tecnologia a favor do conhecimento em História.

Os processos de aprendizagem modificam-se a todo o tempo, ocorram eles dentro ou fora das salas de aula. A partir das transformações sociais e tecnológicas ocorridas nas últimas décadas do século XX e suas conseqüentes modificações tecnológicas que repercutiram em todo nosso sistema de conhecimento e informação, a questão do

ensino de História acadêmico versus a passagem das informações tradicionais para o grande público necessita, sem sombra de dúvidas, de estudos aprofundados sobre o tema.

A antiga forma de comunicação educacional livresca e passiva que foi típica do século XIX já em meados deste século começa a ser contestada por vários profissionais, psicólogos, educadores e estudiosos sobre educação.

O ensino nestes moldes, focado no conhecimento como algo estático a ser meramente consumido pelo aprendiz passa, então, a ser visto como antiquado e não condizente com as perspectivas sociais da época da inovação das máquinas. Alternativas são pensadas e testadas até que, já quase no início do XX, um tipo de aprendizado ativo e interativo que estivesse focado na democracia e na liberdade de pensamento como instrumentos para a maturação emocional e intelectual das crianças começou a ser defendido como alternativa ao que havia se tornado obsoleto.

Com o advento e a popularização da tecnologia, da internet e das novas mídias nas décadas finais do século XX, porém, inclusive estas propostas passam a ser vistas como pouco eficazes. As crianças que vivem nas zonas urbanas do ocidente, hoje, tem acesso a quaisquer informações que necessitam ou não ao alcance de apenas um clique. A proposta de uma educação com base na democracia e na autonomia do indivíduo ainda é compreendida como correta, entretanto a linguagem comunicativa tem mudado muito. Desta forma, há na contemporaneidade uma necessidade latente de se refletir e quiçá se adequar às formas de ensino e aprendizagem desta sociedade tecnológica na qual estão inseridas.

Uma abordagem diferente, que se utilize destas novas mídias populares, faz-se fundamental, portanto, tanto nas salas de aula quanto nas demais instituições de ensino e culturais, para que seja despertado, nos alunos e nas pessoas em geral, a curiosidade e o

ímpeto de aprender. Tal abordagem não pode, porém, cair na armadilha de se destituir de conteúdo e chamar a atenção apenas pela forma atual.

A própria concepção de museu e patrimônio passa por uma série de transformações a partir do século XIX. Vinculadas até então a um passado distante e muitas vezes descontínuo, a confluência de pelo menos três fatores daquele século – Revolução Industrial, Nacionalismo e Colonialismo – acabar por impelir um mergulho no passado com o objetivo de consolidar as individualidades políticas de cada nação e, ao mesmo tempo, justificar sua superioridade técnica e histórica sobre novas áreas de dominação.

Os museus e patrimônios funcionam em conjunto com os processos culturais e educativos das sociedades. Uma vez que tais processos não são estáticos, o próprio centro educacional deve passar por intensas reflexões acerca da sociedade em que se encontra para, a partir disso, desenvolver ferramentas de mediação que possam se utilizar das novas tecnologias sem, entretanto, perderem sua essência.

Esta é, entretanto, uma questão espinhosa. Corre-se o risco de que se perca a profundidade do conhecimento, corre-se o risco de acabar virando apenas um bombardear de imagens e sons desprovida de conteúdo. Mas é possível sua utilização interativa, interessante e com conteúdo, desde que haja reflexão sobre o assunto.

Desde que as ferramentas tecnológicas iniciaram sua popularização na segunda metade do século XX, profissionais de diversas áreas foram obrigados a repensar as formas de realizar seu trabalho de modo que pudessem delas se utilizar da melhor maneira possível.

No caso dos historiadores, foi na década de 1980 que houve a profunda revolução das relações entre nossa disciplina e a

informática⁴⁴, com a disseminação do uso dos computadores pessoais. Inicialmente usados como processadores de texto, o desenvolvimento e ampliação da memória dos microcomputadores possibilitou que fossem usados também como bancos de dados, uma vez que, com isso, pela primeira vez era possível arquivar em máquinas pessoais dados que antes só eram possíveis de acessar em centros de pesquisa ou em empresas.

O lado negativo disso, porém, seria os problemas e desconexões de pesquisas que o excessivo individualismo que essas novas tecnologias proporcionam, bem como a fragmentação das experiências e seu isolamento⁴⁵.

Foi necessário, portanto, criar uma metodologia específica para a utilização dos computadores e da informática a fim de que essa nova ferramenta tecnológica auxiliasse no ofício do historiador de forma que tais contratempos fossem irrisórios.

Hoje em dia a utilização de plataformas online de bancos de dados de bibliotecas, universidades e centros de pesquisa é tão disseminada que nem nos damos conta que um dia foi-se necessário pensar qual seria a melhor maneira de utilizar aquela ferramenta nova a favor da disciplina História.

No caso das novas tecnologias e mídias que vem surgindo no final do século XX e início do XXI, bem como no das ressignificações e reutilizações das antigas ferramentas tecnológicas e audiovisuais, as coisas se dão de forma semelhante. Faz-se necessária uma ressignificação da própria história e do seu ensino.

Com o crescimento da internet e a abrangência da acessibilidade à rede uma nova forma de se comunicar surge no final do século

⁴⁴ RJ Morris, citado por Figueiredo. "*História e informática: O Ponto da Situação*". Em: *Ler História, Lisboa, n.4, 1993, p. 93*

⁴⁵ FIGUEIREDO FILHO, José de. *Engenhos de rapadura do Cariri*. Ministério da Agricultura p. 95.

passado. E com ela nasce o que Pierre Levy nos apresenta como sendo a *cibercultura*

A *cibercultura* “expressa o surgimento de um novo universal, diferente das formas que vieram antes dele no sentido de que ele se constrói sobre a indeterminação de um sentido global qualquer⁴⁶”

Pensar em barreiras, demarcações, muros, limites e separações, tornou-se ultrapassado desde a queda do muro de Berlim. A cultura, quando pensada, estudada e vivida na perspectiva dos dias de hoje reflete as diferentes maneiras de ser e estar no mundo em um momento no qual a globalização permite o “viver global”, o “estar em todos os lugares”, o “conhecer aquilo que antes era utópico”.

O papel do sistema educacional aqui é aquele que leva em conta o crescimento da nova infraestrutura de comunicação digital, materializada no que Levy chama de *ciberespaço*, e interage com esta *cibercultura*, este novo universal diferente das formas que vieram antes pois se assenta em uma impossibilidade de determinação de um sentido global qualquer.

Não é tarefa fácil e requer uma reflexão contínua dos conteúdos e formas de direcionamento das disciplinas, mas é possível.

No caso específico dos museus, há uma nova onda que tem buscado fazer uso destas ferramentas. Acervos históricos em todo o mundo vêm abandonando sua imagem solene para apresentar seu conteúdo em novos formatos, inclusive virtuais, a um público conectado. A tecnologia aplicada no interior desses espaços também serve para levar a sua experiência para fora deles: nos últimos anos, dezenas dessas instituições em todo mundo vêm digitalizando seus acervos e os disponibilizando on-line, para que os usuários visualizem do conforto do seu lar, a milhares de quilômetros de distância.

⁴⁶ LÉVY, P. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

O Museu do Louvre, em Paris, por exemplo, oferece ao internauta de qualquer parte do mundo visitas virtuais às exposições temporárias e permanentes do museu⁴⁷. Iniciativa semelhante é feita pelo Museu Nacional de História Natural Smithsonian, que permite ao usuário realizar um passeio virtual pelos seus corredores, acompanhando atualmente a evolução dos dinossauros por meio dos fósseis em seu acervo⁴⁸.

Na perspectiva da ressignificação da utilização de mídias audiovisuais para que funcionem com o objetivo educativo, há o caso do Museu do Bicentenário, em Buenos Aires. Ali encontra-se uma plataforma interativa virtual em cada um dos blocos cronológicos do bicentenário da independência argentina, nas quais o visitante pode buscar informações detalhadas por conta própria sobre determinados assuntos relacionados ao período, sejam eles gerais ou relativos à coleção do museu. É um elemento muito vantajoso para a exposição, o público interage muito bem com a plataforma, e as referências ali contidas são bastante elaboradas. Outro elemento midiático muito interessante de grande aceitação do público utilizado pela exposição é a rotação de filmes sobre o panorama geral de cada um dos períodos em telas de televisão presentes em cada um dos blocos. São filmes curtos, girando em looping, com fotografias, cenas de jornais ou documentários, e legendas em espanhol. Com estes vídeos procura-se fazer uma reconstituição do território onde hoje é o museu em épocas passadas.

A partir destes exemplos é possível ter-se em mente que a utilização das novas tecnologias e ferramentas audiovisuais podem ser de grande auxílio à perspectiva educacional e reflexiva dos museus,

⁴⁷ <http://www.louvre.fr/> - acesso em julho/2016

⁴⁸ <http://naturalhistory.si.edu/VT3/> - acesso em julho/2016

CAPÍTULO III - ENSINO E COMUNICAÇÃO NO MONUMENTO NACIONAL RUÍNAS ENGENHO SÃO JORGE DOS ERASMOS.

3.1 Educação e comunicação: roteiros didáticos do Engenho dos Erasmos.

Os museus sofreram forte influência das teorias educacionais no mundo todo. Ao longo de sua existência, a perspectiva educativa dos museus de ciências foi se modificando, sendo possível identificar tendências pedagógicas próprias da educação nas ações desenvolvidas por essas instituições.

Atualmente, a preocupação em tornar a exposição acessível ao público é enfatizada, de maneira que este público a compreenda, tornando-a significativa. É preciso que o visitante seja ativo e engajado intelectualmente nas ações que realiza no museu e que as visitas promovam situações de diálogo entre o público e deste com os mediadores. Para isso, os setores educativos dos museus devem não só planejar bem suas atividades como concebê-las a partir de opções educacionais claras.

Desta forma, é importante que seja sempre feita a pergunta: que tipo de concepção ou orientação pedagógica orienta as ações dos museus que estamos atuando?

Ao definir os objetivos educativos da atividade, selecionar os conteúdos que serão enfatizados, planejar as formas e estratégias usadas na visita e durante a mediação, definir os papéis do mediador, do público, do professor ou dos demais participantes da ação e como

se relacionam, estaremos fazendo opções que remetem a determinadas concepções pedagógicas. Do ponto de vista do planejamento das ações educativas nos museus, é importante que os educadores, incluindo nesse grupo os mediadores, identifiquem os aspectos mencionados e façam opções conscientes sobre os modelos pedagógicos preponderantes em suas práticas.

Durante as últimas décadas, as abordagens comunicacionais em museus vivenciaram uma mudança de paradigma, que teve por premissa assumir o público como ator central no processo de comunicação. Considera-se, hoje, que seria responsabilidade desses espaços produzir exposições e atividades que resultem de pesquisas sobre as suas audiências. Apesar destas reflexões não serem atuais, em alguns museus as exposições são ainda planejadas e produzidas sem considerar o público que irá frequentá-las.

As tendências atuais entendem a comunicação em museus como um processo cultural que acontece não em uma única via, mas em via dupla, dos especialistas até o público e do público até os especialistas. Nessa abordagem, o significado é construído por meio de um processo ativo de negociação de saberes e experiências, no qual todas as partes trabalham em conjunto para produzir interpretações compartilhadas.

Partindo de pressupostos dialógicos, esse modelo impõe desafios ao ser levado à prática. É possível conceber uma exposição que contemple os saberes dos visitantes? É viável pensar em um trabalho conjunto entre profissionais, técnicos, monitores e visitantes para o desenvolvimento de uma exposição ou de outro tipo de atividade proposta no museu?

Para ser levada à prática, essa abordagem de comunicação propõe a incorporação de estratégias de participação e envolvimento do público que valorizem, justamente, o que o público sabe e que

coloquem esses saberes no mesmo nível que os dos especialistas, na perspectiva de possibilitar um diálogo entre eles.

O caso do Monumento Nacional Ruínas engenho São Jorge dos Erasmos não poderia ser diferente.

Sendo o registro arquitetônico dos primórdios da colonização, hoje o engenho em ruínas é dotado de múltiplas funções e abarca os mais diversos campos de atuação, constituindo-se em um patrimônio diferenciado e complexo.

O remanescente do antigo engenho foi tombado nas instâncias federal, estadual e municipal⁴⁹. Pertencia ao município de São Vicente até o século XIX, passando para território santista já no século XX. Em 1958 foi doado à Universidade de São Paulo e, mesmo que pouco tenha sido feito no local até 1980, a partir de 2004 tem sido ambiente de diversas atividades voltadas para programas educacionais e de pesquisa. Desde então projetos de revitalização e requalificação do bem cultural fizeram com que o engenho fosse mais bem conhecido e estudado⁵⁰.

As propostas educacionais aplicadas no monumento tem seu esforço voltado para acolher e educar os visitantes sempre levando em conta as diferentes significações culturais que o local e as ruínas possuíram e possuem hoje. A opção por não reconstruir o engenho antigo mas trabalhar com suas ruínas vem desta noção da importância de ocupar-se com todos os sentidos adquiridos pelo engenho e posteriormente por suas ruínas no decorrer do tempo.

Para que isso seja possível, o Monumento Nacional Engenho São Jorge dos Erasmos têm buscado estabelecer uma programação

⁴⁹ Tombado pelo IPHAN, em 1963, pelo CONDEPHAAT, em 1974 e pelo CONDEPASA, o congênere municipal, em 1990

⁵⁰ LOURENÇO, Maria Cecília França. Projeto Educacional VouVolto. Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos. Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária – USP. 2006. P. 67

educacional e acadêmica que possibilite a valorização da diversidade, que permita seu livre acesso à toda população e que sofistiquem seu acervo como fonte de conhecimento.

Melhorar a atratividade do patrimônio cultural em relação à população prescinde de medidas que caso não sejam bem planejadas e executadas com critério, correm grande risco de fracasso.

Dessa forma, a intenção do aproveitamento do Monumento Engenho dos Erasmos precisa também ser pensada a partir do chamado turismo organizado. Nesta perspectiva, as visitas, mediadas por agências de viagens culturais, poderiam ocorrer com grupos grandes e pré-agendados que buscassem aproveitar do turismo cultural que o Engenho tem a oferecer.

No âmbito dos roteiros didáticos do Monumento, o Conselho Deliberativo e seus educadores vem discutindo nos últimos anos as novas demandas e a necessidade de proteção do espaço arqueológico, bem como uma alternativa para que seja possível a realização de escavações ao mesmo tempo em que o monumento é aberto ao público.

A partir destas reflexões, com o objetivo de conservar o terreno, diminuir os impactos causados pelo pisoteamento da área de potencial arqueológico, aumentar o número de visitantes e criar condições de acessibilidade, a proposta da construção de um sistema de passarelas no entorno do sítio arqueológico foi submetida ao BNDS na linha de fomento voltada à preservação e revitalização de patrimônio cultural brasileiro em dezembro de 2012. As premissas para a elaboração do projeto de arquitetura a conservação da reserva florestal de toda a encosta foram pensados com intervenção mínima no sítio arqueológico, preservando a situação de implantação do engenho na paisagem, e o estabelecimento de

uma relação entre o entorno, o sítio arqueológico e um futuro parque no local⁵¹.

3.2 - Ferramentas tecnológicas a favor do ensino de História: os totens educativos do Monumento Nacional Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos.

Os monumentos históricos, vinculados desde o século XIX à ideia de identidade, memória, coletividade e herança de determinados grupos, são compreendidos, hoje, como importantes elementos criadores e transmissores de conhecimento. Seu papel educacional enquanto entidade cultural possui, portanto, grande relevância no que diz respeito às suas funções sociais, demandando, assim, atividades e profissionais que compreendam as inovações comunicativas e as transformações da sociedade contemporânea e delas se utilizem sem, contudo, abandonar a peculiaridade da linguagem dos pólos educacionais não-formais e a profundidade do conhecimento que ali pode ser apreendido.

A necessidade de se pensar nas contribuições e dificuldades que as ferramentas tecnológicas e novas mídias podem implicar no ensino de História e a construção de novos modelos didático-metodológicos insere-se no cerne das transformações pelas quais nossa sociedade vem passando nas últimas décadas a partir da globalização das

⁵¹ FERLINI, Vera Lucia Amaral e outros. CONCEPÇÃO E GERENCIAMENTO DE PROJETO: A AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES E DE PESQUISAS EM MONUMENTO UNIVERSITÁRIO TOMBADO (O MONUMENTO NACIONAL RUÍNAS ENGENHO SÃO JORGE DOS ERASMOS – PRCEU - USP). XV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU. Desafios da Gestão Universitária no Século XXI. Mar del Plata, Argentina. 2, 3 e 4 de dezembro de 2015. Disponível em https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/136059/101_00170.pdf?sequence=1 (acesso em agosto de 2016)

telecomunicações. Com ela, são difundidos com extrema rapidez dados e informações que também devem ser utilizados pelos professores, educadores e instituições educacionais como um todo quando da produção de conhecimento.

Com as mudanças nas relações sociais, na economia, na política e nos avanços tecnológicos ao longo do século XX, a sociedade começou a exigir da escola e demais centros culturais maior participação na educação das novas gerações. Tais pólos educacionais, enquanto formadores de conhecimento, precisam acompanhar estas mudanças dentro da perspectiva de que o próprio conhecimento vem sendo processado muito rapidamente e de que os envolvidos no processo – educadores e alunos – necessitam estar adaptados à grande demanda que a sociedade passou a exigir.

A partir destas reflexões, procurei saber sobre a demanda de público que se formava no Monumento Nacional Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos com os educadores que então lá trabalhavam a fim de desenvolver uma proposta educacional para o monumento que unisse a interatividade tecnológica ao conhecimento histórico.

O Monumento Nacional tem como acervo justamente os resquícios do que outrora foi o Engenho dos Erasmos. A ausência de elementos que proporcionem uma visualização aproximada do que seria o Engenho antes de sua ruína pode confundir o visitante que não possui uma base inicial sobre o assunto. Assim sendo, as novas mídias e tecnologias – plataformas interativas, vídeos educativos, visitas virtuais – são importantes ferramentas educacionais a serem utilizadas, pois permitem uma reconstituição histórica do Engenho dos Erasmos e seu entorno para além da expressão discursiva, estabelecendo, assim, para os visitantes, um tipo mais familiar de interação com o monumento.

A fim de colocar isso em prática, utilizei-me da ferramenta gratuita Prezi como base para desenvolver minha proposta

educacional. O Prezi é um software online para a criação de apresentações não lineares alternativa ao Power Point, Keynote, Impress, etc. Ele não necessita de slides para fornecer uma comunicação completa e possibilita que tudo seja apresentado em uma estrutura única⁵². Uma vez que minha intenção era produzir um material interativo e acessível a todos, este foi o dispositivo que mais se adequou à minha proposta.

O trabalho todo foi dividido em etapas:

1 - Pesquisa e captura de imagens referentes a engenhos de açúcar no período colonial no Relatório Final do trabalho Instrumental do Grupo dos Engenhos apresentado ao grupo PET do Departamento de História da FFLCH-USP⁵³.

2 - Realização de um banco de dados com as imagens selecionadas fotografando-as dos livros originais aos quais pertenciam.

3 - Pesquisa e adequação das informações a serem veiculadas na plataforma.

4 - Criação de um roteiro a ser seguido a partir das pesquisas anteriores.

5 - Planejamento e testes.

6 - Veiculação da plataforma em totens interativos presentes nas dependências do Monumento Nacional Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos.

A criação do roteiro, por sua vez, também foi dividida em etapas. A partir de três grandes motes, desenvolvi subcategorias com o

⁵² Mais informações sobre o Prezi disponíveis em: <http://www.prezi.com>

⁵³ BESSA, Virgínia de Almeida; LEITE, Rosângela Ferreira; HELENE, Daniel Vieira. Relatório Final do trabalho Instrumental do Grupo dos Engenhos apresentado ao grupo PET do Departamento de História da FFLCH-USP. São Paulo, 1999.

objetivo de explicitar mais minuciosamente cada uma daquelas áreas que estavam de alguma forma envolvidas com o Engenho dos Erasmos.

Figura 1: Página inicial dos totens.

Fonte: http://prezi.com/ii64_d_s9rug/ruinas-engenho-sao-jorge-dos-erasmos/

1 - A Civilização do Açúcar.

Figura 2: A Civilização do Açúcar.

Fonte: http://prezi.com/ii64_d_s9rug/ruinas-engenho-sao-jorge-dos-erasmos/

Para que se compreenda o Engenho São Jorge dos Erasmos durante seu período de funcionamento, é de extrema importância que se entenda como se deu o funcionamento da sociedade durante o período colonial açucareiro.

Baseando-me especialmente no livro de mesmo nome de Vera Lúcia Amaral Ferlini, nesta categoria produzi pequenos vídeos feitos a partir das imagens do banco de dados e das informações adaptadas dos livros da bibliografia.

A adaptação à linguagem de grande público se deu baseada na noção de abrangência e acessibilidade para idades variadas, sem contudo perder a essência crítica e informacional do texto.

1.1 - O Cotidiano do Açúcar

Figura 3: O Cotidiano do Açúcar.

Fonte: http://prezi.com/ii64_d_s9rug/ruinas-engenho-sao-jorge-dos-erasmos/

Nesta divisão procuro elucidar como funcionava o cotidiano da sociedade colonial a partir de sete imagens com legendas explicativas, a saber:

1.

Figura 4: Lenha do Engenho.

Fonte: FRAGINALS, Manuel Moreno. *O Engenho : complexo sócio-econômico açucareiro cubano*. V. I. Col. Estudos Históricos. São Paulo, UNESP/UCITEC/CNPq, 1988 in https://prezi.com/ii64_d_s9rug/ruinas-engenho-sao-jorge-dos-erasmos/

2.

Figura 5: O jantar

Fonte: DEBRET, Jean Baptiste (1768-1848). In https://prezi.com/ii64_d_s9rug/ruinas-engenho-sao-jorge-dos-erasmos/

3.

Figura 6: Mercado e escravos.

Fonte: DEBRET, Jean Baptiste (1768-1848). In

https://prezi.com/ii64_d_s9rug/ruinas-engenho-sao-jorge-dos-erasmos/

4.

Figura 7 : Fiel retrato do interior de uma casa brasileira; 1814/1816.

Fonte : GUILLOBEL, Joaquim Cândido. In https://prezi.com/ii64_d_s9rug/ruinas-engenho-sao-jorge-dos-erasmos/

5.

Figura 8: Reprodução em litografia do mercado de escravos.

Fonte: https://prezi.com/ii64_d_s9rug/ruinas-engenho-sao-jorge-dos-erasmos/

6.

Figura 9: Reprodução em litografia do mercado de escravos.

Fonte: https://prezi.com/ii64_d_s9rug/ruinas-engenho-sao-jorge-dos-erasmos/

7.

Figura 10 : O retorno à cidade de um proprietário de chácara.

Fonte: DEBRET, Jean Baptiste (1768-1848). In

https://prezi.com/ii64_d_s9rug/ruinas-engenho-sao-jorge-dos-erasmos/

1.2 - As Estruturas da Sociedade do Açúcar

Figura 11: Estruturas da Sociedade do Açúcar.

Fonte: http://prezi.com/ii64_d_s9rug/ruinas-engenho-sao-jorge-dos-erasmos/

Nesta divisão é colocado, através de imagens e legendas, de que forma se deram as bases sobre as quais foi construída aquela sociedade:

1.2.1 Os Fidalgos do Açúcar

Figura 12: Os fidalgos do açúcar.

Fonte: http://prezi.com/ii64_d_s9rug/ruinas-engenho-sao-jorge-dos-erasmos/

Divido em seis cenas, cada uma explicita as relações senhor de engenho-escravo e a vida da elite neste período.

1.2.2 A Família Patriarcal

Figura 13: A família patriarcal.

Fonte: http://prezi.com/ii64_d_s9rug/ruinas-engenho-sao-jorge-dos-erasmos/

Divido em quatro quadros, explica-se como se dava a relação familiar no período colonial.

1.2.3 Religião

Figura 14: Religião.

Fonte: http://prezi.com/ii64_d_s9rug/ruinas-engenho-sao-jorge-dos-erasmos/

2 - O Engenho São Jorge dos Erasmos

Figura 15: O engenho dos Erasmos.

Fonte: http://prezi.com/ii64_d_s9rug/ruinas-engenho-sao-jorge-dos-erasmos/

Nesta subdivisão, situada esteticamente bem ao centro do monitor, existem as informações mais específicas sobre o Engenho.

2.1 Linha do Tempo

Figura 16: Linha do Tempo.

Fonte: http://prezi.com/ii64_d_s9rug/ruinas-engenho-sao-jorge-dos-erasmos/

A partir de imagens legendadas contínuas, nesta sessão desenvolve-se toda a história do Engenho dos Erasmos desde sua construção e pleno funcionamento até hoje em dia enquanto Monumento Nacional.

Figura 17: Detalhe da Linha do Tempo.

Fonte: http://prezi.com/ii64_d_s9rug/ruinas-engenho-sao-jorge-dos-erasmos/

Descrição:

1516: Rei D. Manuel institui o cultivo de cana no Brasil.

1532: Chegada da expedição de Martim Afonso de Souza na capitania de São Vicente. Foi o ponto de partida para a indústria açucareira no Brasil.

1533: Martim Afonso de Souza, governador da Capitania de São Vicente, forma sociedade com Francisco Lobo, Vicente Gonçalves e João Ve Niste, representando comercial da família holandesa Schetz. Tal sociedade é nomeada de Armadores do Trato.

1534: Fundação do Engenho do Governador, administrado pelos Armadores do Trato. Entre 1535-1540 Martim Afonso viaja para as Índias, outros sócios negam recursos para manter o Engenho do Governador e a sociedade Armadores do Trato se desfaz.

1540: A família Schetz adquire o Engenho do Governador por meio de seu representante comercial João Ve Niste. O Engenho passa, então, a ser chamado de Engenho dos Erasmos. O apogeu do funcionamento do Engenho se dá durante a direção dos Schetz.

Início do século XVII: Incêndio destrói quase tudo.

Século XVII: Decadência da propriedade.

Do século XVIII até 1943 as terras do engenho ficam por conta própria.

1943: Terreno do Engenho dos Erasmos é adquirido por Otávio Ribeiro de Araújo, que loteia a propriedade.

1958: Doação de Otávio Ribeiro de Araújo do terreno com as ruínas à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

1958-1996: Aura de “lugar proibido” para a comunidade. Até a década de 1990 não havia no RESJE trabalho sistemático dos pesquisadores.

1996: Período inicial das escavações arqueológicas. Estas foram o foco da comunidade científica até 2002.

2003: Início dos projetos pedagógicos educacionais nas RESJE. Trabalho com objetivo de aproximar a história, a cultura e a memória das ruínas. Aproximação entre Educação, Entretenimento Pedagógico e Senso de Comunidade.

2.2 Arqueologia

Figura 18: Arqueologia.

Fonte: http://prezi.com/ii64_d_s9rug/ruinas-engenho-sao-jorge-dos-erasmos/

Uma vez que o Monumento Nacional Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos é um sítio arqueológico bastante importante, esta seção propõe-se a relacionar o que é a disciplina arqueológica e como ela funciona no Engenho dos Erasmos.

Em forma de vídeo com imagens feitas no próprio engenho, reproduz-se o seguinte texto na seção Entendendo Arqueologia:

Figura 19: Entendo a Arqueologia.

Fonte: http://prezi.com/ii64_d_s9rug/ruinas-engenho-sao-jorge-dos-erasmos/

A Arqueologia que numa tradução livre significa 'testemunho antigo', é a disciplina que estuda a cultura material das sociedades.

A cultura material é composta pelos objetos físicos pertencentes a determinada sociedade, bem como pelo contexto e entorno em que estes se ambientam.

No caso das sociedades antigas, estes objetos podem ser fragmentos de cerâmica, ferramentas em pedra, instrumentos de caça e pesca, restos de alimentos, ossos, restos de habitações e quaisquer outros achados.

O local onde são feitas as escavações em busca destes vestígios

é chamado de sítio arqueológico.

Com base na identificação destes vestígios materiais e na análise das características ecológicas e ambientais do local do sítio arqueológico conseguimos obter informações sobre as culturas destas sociedades e reconstituir os aspectos socioculturais, econômicos e ambientais da vida destas populações.

Em outra sessão, para especificar a arqueologia do próprio Engenho dos Erasmos, há imagens tiradas no local durante as escavações e o texto a seguir:

Figura 20: A arqueologia no Engenho dos Erasmos.

Fonte: http://prezi.com/ii64_d_s9rug/ruinas-engenho-sao-jorge-dos-erasmos/

O que restou do antigo Engenho São Jorge dos Erasmos é um sítio arqueológico histórico que possui, além das ruínas de sua arquitetura, um potencial de informações ainda longe de esgotamento.

Além dele, há também uma descrição dos projetos realizados no Monumento:

Em 1957 o Sr. Jayme Caldas, pesquisador local da história de Santos, acompanhou a abertura da primeira trincheira no terreno do

Engenho, onde foram encontradas algumas ossadas imediatamente devolvidas ao local.

Em 1994 a pesquisadora do Museu Paulista Margarida Andreatta ordenou uma equipe que realizou prospecções arqueológicas em outros espaços do Engenho, recuperando fragmentos cerâmicos, restos de louça, faiança, vidro e metal.

Estas foram as primeiras informações arqueológicas sistematizadas sobre o Engenho São Jorge dos Erasmos.

Entre 2002 e 2003, foi executado nas Ruínas o projeto “O Engenho São Jorge dos Erasmos na Perspectiva Arqueológica e Ambiental da Baixada Santista”, financiado pela Fapesp – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

Tal projeto foi coordenado pelo arqueólogo José Luiz de Moraes, do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, e executado por sua equipe interinstitucional que contou com a participação da Universidade Católica de Santos.

A partir deste trabalho foi possível identificar os principais traços introduzidos pela colonização européia na paisagem da Baixada Santista, em especial os sistemas de uso e ocupação do solo e seus efeitos no meio ambiente regional.

2.3 Transformação do Território.

Figura 21: Transformação do Território.

Fonte: http://prezi.com/ii64_d_s9rug/ruinas-engenho-sao-jorge-dos-erasmos/

Nesta seção procuro relacionar a transformações pelas quais o território passou e relacionar as características ambientais do terreno das RESJE no passado e no presente vinculando a modernização à consequente apropriação pelo homem dos espaços da natureza e ressaltando a importância da preservação.

3 - Os Engenhos de Açúcar no Período Colonial

Figura 22: Os Engenhos de Açúcar no Período Colonial.

Fonte: http://prezi.com/ii64_d_s9rug/ruinas-engenho-sao-jorge-dos-erasmos/

Para que se compreenda como o Engenho dos Erasmos funcionava durante seu período de operação, é necessário que se entenda como um engenho produz o açúcar e quais são as ferramentas para isso utilizadas.

Assim, esta seção é subdividida em duas:

3.1 O que é um Engenho?

Figura 23: O que é um Engenho ?

Fonte: http://prezi.com/ii64_d_s9rug/ruinas-engenho-sao-jorge-dos-erasmos/

Um pequeno vídeo com imagens de gravuras antigas relacionadas aos engenhos de açúcar explicita o que é um engenho e suas estruturas:

Figura 24: Detalhe da seção O Que é um Engenho.

Fonte: http://prezi.com/ii64_d_s9rug/ruinas-engenho-sao-jorge-dos-erasmos/

O Engenho.

Engenho de Açúcar é o nome da grande propriedade agrícola destinada à produção do açúcar.

A palavra "Engenho" originalmente denominava o local onde o açúcar era produzido.

Com o passar do tempo, porém, e a constante associação da fabricação do açúcar às grandes propriedades, tornou-se sinônimo das unidades açucareiras do período colonial.

Estruturas do Engenho.

Casa-Grande

A Casa-Grande era a construção sólida e espaçosa onde viviam o senhor de engenho e sua família. Ela era o centro da vida social e econômica do engenho.

As imagens presentes são de Casas-Grandes típica de uma propriedade de Engenho de Açúcar. No caso do Engenho dos Erasmos, infelizmente não dispomos de informações efetivas sobre a existência de uma Casa-Grande com estas características.

Capela

Era na Capela que se realizavam os serviços religiosos católicos, como os casamentos, batizados e funerais.

Aos domingos e dias santos este espaço se tornava o ponto de encontro da comunidade vinculada ao complexo dos engenhos.

Senzala

A senzala era uma construção rústica que abrigava os escravos e que tinha a característica de possuir péssimas condições de higiene e salubridade.

Estas imagens ilustrativas são de senzalas típicas dos séculos XVII, XVIII e XIX.

No caso específico do Engenho dos Erasmos, do século XVI, não há nenhuma evidência que indique a existência de uma senzala deste ou de qualquer tipo.

Canavial

O Canavial era o espaço destinado à plantação da cana, matéria-prima para a produção do açúcar, e podia ser constituído por terras do próprio engenho ou de terceiros.

Lavoura de Subsistência.

As pessoas que moravam no engenho não viviam apenas de açúcar. A lavoura de subsistência era o espaço onde se cultivavam os produtos para o consumo local.

Fábrica

A fábrica era o local onde se encontravam as instalações destinadas ao preparo do açúcar. Era lá que a cana era moída, purificada e finalmente transformada no produto final.

3.2 Como Funciona um Engenho?

Figura 25: Como funciona um Engenho ?

Fonte: http://prezi.com/ii64_d_s9rug/ruinas-engenho-sao-jorge-dos-erasmos/

Aqui, através de pequenos vídeos feitos com imagens de gravuras do período e legendas, explicamos como funcionava exatamente a produção de açúcar nos engenhos típicos do Brasil Colonial.

A) Preparação da terra e Plantio da Cana:

O preparo do solo era feito de acordo com a prática indígena da queimada e da coivara, ou seja, após a derrubada da cana, colocava-se fogo à vegetação verde ou seca.

Depois, juntava-se o que havia sobrado da ramagem, lançando-lhe fogo por mais uma vez.

O revolvimento da terra era feito pelos escravos, com o uso da enxada.

O único tipo de cana-de-açúcar plantado no Brasil até o início do século XIX foi o tipo “Crioula”, uma planta fina, de gomos relativamente curtos e, comparada a outros tipos, de produtividade pequena.

B) Colheita e Transporte da Cana:

Quando a cana encontrava-se madura, por volta de 12 a 18 meses depois do plantio, iniciava-se a colheita.

Esta era programada de acordo com as datas de moagem nos engenhos, uma vez que a cana, depois de cortada, deve ser processada em até 24 horas, ou então seu teor de sacarose fica diminuído.

Depois da colheita, a cana era transportada em barcos ou carros de bois para a fábrica, onde se dava então início à transformação da planta no açúcar.

C) Moagem da Cana:

Depois de colhida, limpa e preparada, a cana era então processada pela moenda para a retirada de seu caldo.

As canas eram introduzidas entre os dois tambores da moenda e, ao sair do lado oposto, repassadas, completando-se assim a extração do caldo.

D) Tipos de moendas:

1. Moendas de dois e três rolos:

As moendas utilizadas nos engenhos até o século XVII eram constituídas por dois tambores horizontais, construídos de madeira, que giravam em um só sentido para moer a cana.

Este tipo de moenda não era muito produtivo, pois a madeira se desgastava facilmente e não era possível colocar a cana pelos dois lados dos rolos, deixando a extração do caldo mais lenta. O Engenho dos Erasmos possuía uma moenda deste tipo.

Por volta de 1610 um tipo de moenda mais produtivo foi implementado nos engenhos brasileiros, chamado de “moenda de entrosas ou de palitos”.

Esta possuía três cilindros revestidos de metal, cuja rotação permitia a alimentação pelos dois lados, reduzindo o número de trabalhadores e aumentando a produtividade.

Moenda movida à água:

As moendas deste tipo eram movimentadas pelo constante fluxo da água de um riacho próximo. O Engenho dos Erasmos provavelmente possuía uma moenda destas.

A maneira pela qual a água alimentava a roda da moenda podia ser dividida em dois tipos: Copeiro e Rasteiro.

“Copeiro”: As moendas deste tipo eram movimentadas com a água caindo por cima da roda, do alto ou de uma altura mais baixa, e não precisavam de um fluxo aquático muito intenso.

“Rasteiro”: Nestas moendas o fluxo de água passava por um local muito baixo, sendo necessário que a corrente aquática fosse bastante intensa.

Moenda movida por animais:

Nas moendas deste tipo, bois ou cavalos proporcionavam a força necessária para mover a roda.

Movida à força humana:

Pouco utilizada nos engenhos brasileiros, as moendas deste tipo eram movimentadas pelos escravos.

E) Cozimento da Cana

Depois de moer e prensar a cana, o caldo obtido era cozido em tachos de cobre na casa das fomalhas.

Lá, retirava-se todas as impurezas e produzia-se um caldo chamado de melaço, uma mistura de cristais de açúcar com mel.

F) *Purga do Açúcar:*

As fôrmas onde tal processo acontecia eram vasos de barro em formato de sinos, que possuíam um furo ao fundo, fechado por um tampão, e repousavam em covas de bagaço até esfriarem.

Depois de frias, as formas com o melaço eram conduzidas até a casa-de-purgar e assentadas em mesas próprias, com cavidades para seu encaixe.

O tampão do fundo era então retirado para que o mel excedente escorresse para as calhas, onde era recolhido.

Passados seis dias, perfurava-se a camada dura superior das fôrmas, revolvendo-se a mistura, e colocava-se o barro por cima.

Depois de três dias, cada fôrma era molhada com uma cuia de água, procedendo-se a novo barreamento depois de seis dias, e assim sucessivamente.

G) *Secagem e Separação do Açúcar:*

Terminado o processo de purga, as formas eram postas ao sol em mesas recobertas de couro e, depois de seco, o açúcar era desenformado.

Com uma faca fina, separava-se a parte branca da mais escura, chamada de mascavada. O processo todo de transformação dava origem a tipos variados de açúcar, que eram, então, separados.

O tipo de açúcar com maior valor comercial era o açúcar branco fino, retirado da parte de cima da forma.

O remel, sobra do mel que escorria no processo de purga, era utilizado como matéria-prima para tipos mais grosseiros de açúcar ou

largamente empregada na alimentação dos negros e dos animais do engenho.

H) *Encaixotamento e Pesagem do açúcar:*

Depois de separado, o açúcar ia para o balcão de peso, onde era cuidadosamente pesado com o auxílio de uma pá. A unidade utilizada para tal era a arroba (que equivale a aproximadamente 15kg), sendo, então, subdividida em 32 partes de 1 libra (cerca de 450 g).

Após a pesagem seguia-se o encaixotamento em caixas de madeira que comportavam entre 20 e 35 arrobas (ou seja, de 300 a 525 quilos), e eram identificadas, com ferro ou tinta, de acordo com o tipo, peso, proprietário e mercador equivalente.

Depois de todo este processo o açúcar era, então, enviado a Portugal.

3.2 - Vídeo Didático como ferramenta educacional: Corredor Cultural Santista e novas perspectivas.

Os monumentos históricos, vinculados desde o século XIX à ideia de identidade, memória, coletividade e herança de determinados grupos, são compreendidos, hoje, como importantes elementos criadores e transmissores de conhecimento. Seu papel educacional enquanto entidade cultural possui, portanto, grande relevância no que diz respeito às suas funções sociais, demandando, assim, atividades e profissionais que compreendam as inovações comunicativas e as transformações da sociedade contemporânea e delas se utilizem sem, contudo, abandonar a peculiaridade da linguagem dos pólos educacionais não-formais e a profundidade do conhecimento que ali pode ser apreendido.

A elaboração de uma proposta educativa o para o Monumento Nacional Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos nestes parâmetros implica, necessariamente, pensar-se questões sobre sua relevância histórica, sua importância arqueológica e sua existência, hoje em dia, em forma de monumento nacional.

Tal Monumento compõe-se das ruínas de um dos primeiros engenhos de açúcar instalados pelos portugueses no Brasil à época da colonização, e sua construção remonta aos anos de 1534.

Edificado como engenho de fortaleza, em pedra, localizado sobre um patamar granítico e voltado para o continente e o entorno, o Engenho dos Erasmos insere-se no contexto de um conjunto de edificações como casas, comarcas, igrejas e outros engenhos erigidas a partir da fundação da Vila de São Vicente, em 1532, e de Santos, em 1534.

Testemunho dos primórdios da História Colonial no Brasil, infelizmente o Engenho possui uma carência de documentação que possibilite aos historiadores compreendê-lo melhor em determinados períodos. Ainda assim, partindo das fontes existentes, das escavações arqueológicas e dos trabalhos sobre ele publicados, sabemos que era um engenho de assentamento, que não possuía as tradicionais Casa Grande e Senzala, e cuja mão-de-obra utilizada não era negra, mas indígena.

As Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos e o território onde se encontram são, também, um significativo sítio arqueológico remanescente que foi doado à USP em 1958 e está desenvolvendo desde 2004 diversos programas educacionais com o objetivo de viabilizar o conhecimento a partir da interdisciplinaridade em vista do contexto histórico, geográfico, arqueológico, social e ambiental nos quais as Ruínas estão inseridas.

O Monumento Nacional tem, portanto, como acervo justamente os resquícios do que outrora foi o Engenho dos Erasmos. A ausência de elementos que proporcionem uma visualização aproximada do que seria o Engenho antes de sua ruína pode confundir o visitante que não possui uma base inicial sobre o assunto. Assim sendo, as novas mídias e tecnologias – plataformas interativas, vídeos educativos, visitas virtuais – são importantes ferramentas educacionais a serem utilizadas, pois permitem uma reconstituição histórica do Engenho dos Erasmos e seu entorno para além da expressão discursiva, estabelecendo, assim, para os visitantes, um tipo mais familiar de interação com o monumento.

Os materiais audiovisuais, em especial os vídeos educativos, são os que possuem maior abrangência em sua utilização por instituições museológicas e salas de aula. Isso se deve em especial por poder ele ser utilizado desde o primeiro momento da visita de grupos guiados das escolas aos monumentos e possuírem uma linguagem dinâmica, fácil de ser assimilada, podendo, com isso, repassar maiores informações ao mesmo tempo em que suscita uma reflexão no telespectador.

Em especial os vídeos enquanto materiais educativos são ferramentas que podem trazer muitos benefícios à instituição.

Partindo deste pressuposto, criei um roteiro a ser posteriormente desenvolvido no programa Wondershare Filmora para um vídeo explicativo sobre o Engenho dos Erasmos e a cidade de Santos, o qual possui como fio condutor as transformações e ressignificações deste território no decorrer dos séculos. Esta proposta educacional tem como objetivo situar o Engenho como base do sistema econômico açucareiro no período Colonial até sua função de polo educacional na atualidade, interligando a história de Santos e suas demais instituições culturais de matriz histórica (a saber, o Outeiro de Santa Catarina, a Casa do Trem Bélico, o Convento do Carmo, o Patheon dos Andradas, o Monte

Serrat, o Museu do Café, o Palácio Saturnino de Britto e o Museu do Porto) com o propósito de permitir uma melhor compreensão por parte dos espectadores das transformações através das quais a cidade passou e a forma como estas estão vinculadas às atividades econômicas de cada período até finalmente chegar à atualidade.

O roteiro deste vídeo segue uma linha geral centrada na figura do Engenho dos Erasmos enquanto polo cultural multidisciplinar para, a partir disso, trabalhar a ressignificação da utilização do espaço desde engenho de açúcar até Monumento Nacional.

A apresentação inicial do vídeo busca introduzir uma reflexão acerca dos Monumentos como importantes marcos das transformações econômicas, sociais e territoriais das cidades e insere o Monumento Nacional Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos enquanto polo cultural.

Utilizo-me inicialmente de imagens recentes das visitas monitoradas e demais atividades culturais e educacionais realizadas no Engenho e procuro apresentá-las e frisar sua importância para a ressignificação daquele espaço.

Então faço uma proposta de uma viagem no tempo até o início da colonização e trato da construção do Engenho dos Erasmos e sua importância histórica para aquele período. Contextualizo, também, a associação entre a construção dos primeiros engenhos de açúcar em território que hoje é o Brasil e o surgimento dos primeiros núcleos urbanos de povoamento regular e de que forma isso influenciou na base da formação social e econômica brasileira.

Entrando no desenvolvimento histórico da cidade de Santos a partir do Engenho dos Erasmos, trato então de contextualizar os demais pontos da cidade que hoje também são monumentos a fim de suscitar uma reflexão sobre o desenvolvimento da cidade.

O primeiro a ser citado, por ser o núcleo inicial da vila de Santos no século XVI é o Outeiro de Santa Catarina. Aqui, proponho uma reflexão acerca dos primórdios da colonização e de como era a cidade naquele período sob o ponto de vista social, econômico e da paisagem com a utilização de imagens de Santos e de ferramentas utilizadas à época.

Dando prosseguimento à narrativa audiovisual, mostro a Casa do Trem Bélico, que abrigava as armas e munições para proteção da então Vila de Santos e que se acredita ter sido construída entre 1640 e 1646 – mas cuja existência só foi comprovada documentalmente em 1734 – , a Fortaleza da Barra Grande e a Ponta da Praia com o objetivo de levantar a questão da defesa da colônia no período.

O ponto turístico seguinte é o Convento do Carmo, que ainda hoje funciona como igreja católica, para demonstração da arquitetura colonial e religiosidade.

Então coloco imagens das transformações sofridas pelo território que hoje é Santos até chegar ao século XIX.

A Bolsa do Café é mostrada, então, para contextualizar a importância do café para a economia santista e o Monte Serrat, cassino do século XIX, para pontuar o desenvolvimento da cidade no período.

O próximo ponto é o Palácio Saturnino de Britto, com o objetivo de pontuar a grande diferença que o sistema de canais e drenagens construído em 1936 propiciou na paisagem e na vida das pessoas dessa região.

Por fim, apresento o Museu do Porto para levantar a questão do escoamento dos produtos da cidade desde o período açucareiro, passando pelo ciclo do café e até hoje em dia frisando as transformações territoriais, sociais e econômicas que a cidade passou desde então.

Terminada a apresentação e contextualização dos demais monumentos, voltamos mais uma vez para o Engenho dos Erasmos para finalizar o vídeo com uma reflexão sobre as transformações pelas quais Santos passou desde sua fundação e a ressignificação da utilização de cada um dos espaços mencionados, em especial o Engenho, que possui apenas ruínas do que foi um dia, no período em que foram construídos e hoje em dia.

Narrativa Visual

Cena 01: Aproximação da imagem oficial do Monumento Nacional Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos. Sobe o texto-título. Duração: 10 segundos.

Cena 02: Monumentos como marcos das transformações econômicas e sociais dos lugares. Imagem da cidade de Santos no período colonial e de engenhos de açúcar do período em funcionamento. Transição para a cidade de Santos hoje e o engenho em ruínas. Duração: 20 segundos.

Cena 03: Engenho dos Erasmos como polo cultural hoje em dia. Imagens das atividades educativas que acontecem no Engenho atualmente. Ressignificação do espaço. Duração: 10 segundos.

Cena 04: Foco na transformação do território. Imagem da cidade de Santos há dez anos. Imagem da cidade de Santos há trinta anos. Questiona-se se o público imagina como era a cidade no tempo dos pais e avós e no período colonial. Imagem de Santos colonial. Duração: 30 segundos.

Cena 05: Transição. Convida-se o público a uma pequena viagem do tempo para se entender as transformações sofridas pelo território. Imagens do início da colonização portuguesa. Duração: 10 segundos.

Cena 06: Primeiros assentamentos. Açúcar e civilização. Imagens de engenhos de açúcar. Como funcionam. Imagens do cotidiano do Açúcar. As estruturas sociais. Duração: segundos.

Cena 07: Desenvolvimento de Santos. Núcleo inicial da vila de Santos no século XVI, Outeiro de Santa Catarina. Imagem do Outeiro hoje e retomada de imagens do período colonial. Imagens de ferramentas utilizadas e explicação sobre elas. Duração:

Cena 08: Proteção da vila. Imagem da Casa do Trem Bélico, que abrigava as armas e munições, hoje e antes. Imagens de armas e munições do período. Fortaleza da Barra Grande e a Ponta da Praia. Ponto estratégico.

Cena 09: Arquitetura do período colonial e religião. Imagem do Convento do Carmo. Sociedade patriarcal apoiada na religiosidade cristã. Imagens do convento e das demais igrejas.

Cena 10: Transição para dias mais recentes. Imagens da transformação de Santos até o período cafeeiro.

Cena 11: Bolsa do Café. Imagens da Bolsa do Café. Importância do café na economia do período. Imagens de Santos no período.

Cena 12: Dias mais recentes. Sistema de canais e drenagens. Imagens dos canais à época da construção e hoje. Palácio Saturnino de Brito. Imagens do Palácio e do Saturnino.

Cena 13: Imagens do porto nos dias de hoje, funcionando. Importância dele para o escoamento dos produtos hoje e antigamente. Imagens do porto em diferentes épocas.

Cena 14: Contraposição das imagens de Santos nos variados períodos. Convite à reflexão sobre essas transformações. Volta ao Engenho hoje em dia com imagens atuais e a ressignificação do lugar, antes usado para produzir açúcar, hoje como polo cultural.

Cena 15: Finalização. Convite à imaginar quantas mudanças mais a cidade irá passar e quais usos terão os locais que hoje elas conhecem bem. Ressignificação do espaço.

Tempo total: 5-10 minutos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivemos hoje em um mundo cujas transformações constantes e frenéticas acontecem sob a determinação de uma ordem global que ninguém ainda compreende completamente, mas cujos efeitos podem ser sentidos pelos indivíduos nas mais diversas dimensões da vida cotidiana. Nesta conjuntura de rápidas alterações, ganha grande relevância o nível de cultura reclamado para a inserção social, os instrumentos para isso utilizados e as instituições que sobre tal tarefa se debruçam.

No âmbito dos estudos realizados na confluência entre Ciência da Informação e Museologia, de uma forma geral, os museus podem ser compreendidos como sistemas de informação e comunicação. Vivos, orgânicos e em frequente fluidez, vem sendo organizados e estruturados a partir do processo da musealização, ao longo do qual são empreendidos esforços dos mais diferentes saberes e disciplinas com vista à produção, gestão e transferência das informações resultantes de tal rede de operações. Mas para além do entendimento do museu como sistema de informação e comunicação, muitas outras interpretações podem ser apontadas, algumas complementares, outras até mesmo divergentes do ponto de vista dos propósitos relacionados ao seu funcionamento. Seja teórico e conceitualmente analisado à luz de alguma disciplina científica e, particularmente, a Museologia; seja gerido de forma operacional por equipes que trabalham cotidianamente em instituições que recebem o título de museu; seja visitado pelo público leigo por meio de exposições e ações educativas e culturais em busca de conhecimento e entretenimento ou vivido como ferramenta para lutas afirmativas e transformações sociais, o museu se estabelece

como esfera de criação, produção e invenção dos seres humanos para outros seres humanos com o propósito de difundir conhecimento : comunicar-se.

Nesta perspectiva, uma vez que os museus e monumentos são, de forma geral, instituições culturais e educativas nas quais o ponto de partida para a reflexão e para o conhecimento encontra-se nos próprios objetos, imagens e estruturas então presentes, a linguagem comunicativa, essencialmente visual, é diferenciada em relação às demais entidades – e, desta forma, deve ser desenvolvida de acordo com suas peculiaridades.

Visto isso, a utilização das novas mídias e tecnologias nos processos de composição de exposições e como ferramenta auxiliar na compreensão do tema que se está expondo pode ser de grande ajuda.

Como vimos anteriormente, nos processos de aprendizagem baseados na informática, o educador pode se utilizar dos diferentes tipos de recursos, programas e linguagens apresentados pelos softwares educacionais disponíveis no mercado, o que propicia um novo modelo de interatividade entre ele, os conteúdos de sua prática de ensino e a formação do aluno. Entretanto, aponta-se, sempre, a necessidade de se voltar também para própria construção de parâmetros de análise desses materiais, contribuindo para que os professores desenvolvam categorias que lhes permitam avaliar as características dos softwares disponíveis do ponto de vista didático de forma a sustentar suas decisões a respeito dos materiais a serem utilizados e de como usá-los para ensinar com o apoio das novas tecnologias dentro da sala de aula ampliando, assim, as possibilidades que essas novas ferramentas podem propiciar ao ensino.

A aprendizagem em instituições culturais pode ser, uma vez que não contém avaliações dos visitantes nos moldes das escolas e possui maior flexibilidade em relação ao conteúdo que passado e apreendido, de certa forma, por si, só, um pouco mais interessante para o grande

público e e para alunos formais do que a que se empreende nas salas de aula. O tipo de educação que se associa aos museus é mais participativa e descentralizada e, em certa medida, selecionada espontaneamente pelo próprio aprendiz, levado pelo interesse e pela motivação pessoal. Ao se compreender a noção de aprendizado como um processo de mudança conceitual ao invés de mera absorção de um conhecimento transmitido, nota-se que a instituição-museu é o espaço ideal para o desenvolvimento de tais processos, uma vez que são eles próprios, por excelência, locais de observação, interação e reflexão. E as propostas formuladas para que haja uma maior interação entre o visitante e o museu de forma que o processo de aprendizagem do indivíduo seja pleno giram, muitas delas, em torno da busca por uma aproximação com o cotidiano do aluno ou do público em geral.

Em se tratando das grandes cidades da civilização ocidental hoje em dia, faz-se mister que qualquer educador leve em conta o bombardeamento tecnológico que a população experimenta em seu cotidiano. O celular utilizado como despertador, o microondas para esquentar o leite, o jornal lido online, a música ouvida em plataformas de streaming, as redes sociais utilizadas para troca de informações, todas as tarefas do dia-a-dia estão de alguma forma vinculadas a algum tipo de ferramenta tecnológica. É necessário, com urgência, que esta nova forma de interagir com o mundo esteja na pauta da discussão quando se fala em ensino de História em museus e monumentos nacionais. Para que isso seja possível, é preciso refletir sobre o sentido do que se pode fazer com essas tecnologias dentro e fora da escola. Uma mídia-educação associada às mediações culturais nos parece fundamental enquanto crítica e alternativa ao uso puramente funcional das tecnologias digitais. Se hoje a ênfase de muitos programas de inclusão digital reside nas competências instrumentais, estas precisam ser consideradas apenas um ponto de partida para o desenvolvimento de formas e linguagens que se utilizem

destas tecnologias e, ao mesmo tempo, mantenham a qualidade educacional.

O principal ponto a ser apontado neste transita em torno da linguagem através da qual o processo de aprendizagem será empreendido. Museus e patrimônios possuem linguagens peculiares enquanto instituições baseadas na cultura material e o processo de aprendizado ali empreendido deve respeitar tais especificidades. A tecnologia moderna parece, porém, oferecer novas possibilidades não só para aumentar o acesso e a interpretação do conhecimento ali oferecido mas também para fazer uma ponte entre a memória histórica e a memória coletiva sem que a memória coletiva seja alienada daqueles a quem pertence.

Os museus históricos, compreendidos também como elementos de construção e divulgação de uma noção de identidade coletiva e de um discurso de pertencimento a determinado grupo, tornam-se, também, importantes patrimônios ideológicos. E a utilização de uma linguagem com especificidades temáticas e imagéticas apoiadas pelas novas tecnologias pode permitir aos seus visitantes uma compreensão de seu próprio passado como uma construção do presente que busca atender às demandas específicas que este presente traz.

O caso do Monumento Nacional Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos mostrou-se um bom exemplo de como tais ferramentas podem ser utilizadas à favor do conhecimento e da interatividade da população.

FONTES

ALMEIDA, Miguel Calmon du Pin et al. *Ensaio sobre o fabrico do açúcar: offerecido a sociedade'Agricultura, Commercio e Industria da Província da Bahia*. Salvador, Typografia do Diário, 1934 (fotomicrografado em folhas soltas na FAU, referência LR 664.1 AL 64E).

CARTAS Patrimoniais. *Caderno de Documentos* n. 3. Brasília: MEC/Iphan, 1995.

CARTAS do Icomos. *Série Cadernos do ICOMOS/ Brasil*. V. I, 1997.

KELLENBENZ, Hermann. "Relações econômicas entre Antuérpia e Brasil no século XVII". *Revista de História*. São Paulo, FFLCH/USP, v. 36, nº 73, 1968, pp. 115-138.

STOLS, Eddy. Um dos primeiros documentos sobre o Engenho dos Schetz em São Vicente. *Revista de História*. São Paulo, FFLCH-USP, v. 37, nº 76, 405-419, 1968.

BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo*. Trad. Port. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANJOS, Fernanda Maria Felipe dos. *Engenho São Jorge dos Erasmos: uma abordagem interdisciplinar do documento na arqueologia histórica*. (Dissertação de mestrado) São Paulo. FFLCH/USP. 1998.

ARAÚJO FILHO, José Ribeiro de. Quarto Centenário de Escritura do Engenho dos Erasmos. *Revista de História*. São Paulo, 17 (35): 283, 1958.

AZEVEDO, Esterzilda Berenstein de. *Açúcar Amargo. A construção de engenhos na Bahia Oitocentista*. Tese de doutoramento. São Paulo, FAU-USP, 1994.

_____. *Arquitetura do Açúcar*. São Paulo, 1961.

AZEVEDO, Fernando de. *Canaviais e Engenhos na Vida Política do Brasil: ensaio Sociológico sobre o Elemento Político na Civilização do Açúcar*. São Paulo, Melhoramentos, s/ data.

BESSA, Virgínia de Almeida; LEITE, Rosângela Ferreira; HELENE, Daniel Vieira. Relatório Final do trabalho Instrumental do Grupo dos Engenhos apresentado ao grupo PET do Departamento de História da FFLCH-USP. São Paulo, 1999. 3 tomos.

BELLO, Julio. *Memórias de um senhor de engenho*. São Paulo, José Olympio, 1984.

BITTENCOURT, Circe Maria – *Ensino de História: Teoria e Prática*. São Paulo. Cortez, 2004.

BORGES, Regina Maria Rabello; MANCUSO, Ronaldo. *Museu Interativo: Fonte de inspiração para escola*. 2ª ed. EDIPUCRS, 2008.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*. Petrópolis, Vozes, 1979.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. Trad. Port. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Antônio Barros de. *Escravos e Senhores nos Engenhos do Brasil: um estudo sobre os Trabalhos no Açúcar e a Política Econômica*. Tese de Doutorado. Campinas, SPC, 1976.

CHRISTOFOLETTI, Rodrigo ; MELLO, André Müller de . O Monumento Nacional Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos e sua vocação

educacional. *Revista Leopoldinum*. Vol. 33. Out/Nov.2007.pp. 27-55.. Leopoldinum (UNISANTOS), v. 85, p. 34, 2007.

_____. *Portas Abertas - um programa em debate - 50 anos da administração USP nas Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos*. São Paulo: Pro Reitoria de Cultura e Extensão Universitária USP, 2008. v. 1.

CHRISTOFOLETTI, Rodrigo . Interdisciplinaridade como ação pedagógica; as Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos e sua vocação educacional. *Anais do I Congresso Internacional de história do açúcar e engenhos*. Usp/ Cátedra Jaime Cortesão/ Museu Republicano de Itu, Itu - Sp, p. 33-46, 2005

CHOAY, Françoise – *A Alegoria do Patrimônio*. Trad. Port. Lisboa, Edições 70.

CORAZZA, Bianca. Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos. Proposta de Material de Apoio para o Serviço Educativo. Monografia. Curso Arqueologia – Latu Senso. Universidade de Santo Amaro. Orientação: Profª Drª Silvana Trombetta e Prof. Ms. Vagner Carneiro Porto. São Paulo 2005. 45 p. (Contém jogo e folder)

CORDEIRO, José Pedro de Leite. *Engenho de São Jorge dos Erasmos*. São Paulo: Gráfica Bentivegna, 1949.

CORDEIRO, Silvio Luiz. *A paisagem histórica do Engenho São Jorge dos Erasmos: o vídeo como instrumento educativo na arqueologia do monumento quinhentista*. São Paulo, 2007. Tese (mestrado).

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. Co. didática. São Paulo, EDUSP, 1995.

FERLINI, Vera Lucia Amaral e outros. CONCEPÇÃO E GERENCIAMENTO DE PROJETO: A AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES E DE PESQUISAS EM MONUMENTO UNIVERSITÁRIO TOMBADO (O MONUMENTO NACIONAL RUÍNAS ENGENHO SÃO JORGE DOS ERASMOS – PRCEU - USP). XV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU. Desafios da Gestão Universitária no Século XXI. Mar del Plata, Argentina. 2, 3 e 4 de dezembro de 2015. Disponível em https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/136059/101_00170.pdf?sequence=1 (acesso em agosto de 2016)

FERLINI, Vera Lucia Amaral. Açúcar e Colonização. São Paulo: Alameda, 2010.

_____. *A Civilização do Açúcar*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. *Terra, Trabalho e Poder: O mundo dos engenhos no Nordeste colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

FERREZ, Helena Dodd. Documentação museológica: teoria para uma boa prática. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO

NACIONAL. Estudos Museológicos. Rio de Janeiro, 1994. (Cadernos de Ensaio).

_____. Introdução. In: FERREZ, Helena Dodd; BIANCHINI, Maria Helena S. (Org.). Thesaurus para acervos museológicos. Rio de Janeiro: MinC; SPHAN; Pró-Memória, 1987. 2 v.

FIGUEIREDO FILHO, José de. Engenheiros de rapadura do Cariri. Ministério da Agricultura

FORQUIN, J.C. *Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar*. Porto Alegre : Artes Médicas, 1993.

GAMA, Ruy. *Engenho e tecnologia: Contribuição à história da Técnica no Brasil*. São Paulo, SPC, 1978. Tese de doutorado. 2 volumes.

GASPAR, Alberto. *Museus e Centros de Ciências- Conceituação e Proposta de um referencial teórico*. São Paulo, 1993. Tese (Doutorado na área de Didática) acesso em www.casadaciencia.ufrj.br/Publicacoes/Dissertacoes/gaspar-tese.pdf

GELLNER, Ernest. *Nações e Nacionalismo: trajectos*. Lisboa: Gradiva, 1983.

GREEN, B.; BIGUM, C. Alienígenas na sala de aula. In: SILVA, T.T. (Org.). *Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação*. Petrópolis : Vozes, 1995.

GUARNIERI, Waldisa Russio Camargo. Conceito de cultura e sua inter-relação com o patrimônio cultural e a preservação. *Revista do Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural*, n.3, 1990.

HOBBSAWN, Eric. J. *A Era dos Impérios, 1875-1914*. Trad. Port. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988

LE GOFF, Jacques – *História e memória*. Trad. Port. Campinas: Editora UNICAMP, 1996.

LOURENÇO, Maria Cecília França - [et all]. Bens imóveis tombados ou em processo de tombamento da USP. São Paulo, EDUSP : Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

LEMO, A.; CUNHA, P. (Orgs.). *Olhares sobre a cibercultura*. Porto Alegre: Sulina, 2003.

_____. *Cibercultura, tecnologia e vida social na cultura contemporânea*. Porto Alegre: Sulina, 2004.

_____. Cultura da mobilidade. *Revista FAMECOS*. N. 40, Porto Alegre, dez. 2009. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/viewFile/6314/4589> .

LEMO, A; LÉVY, P. *O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia*. São Paulo: Paulus, 2010.

LÉVY, P. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

_____. *A máquina universo: criação, cognição e cultura informática*. Porto Alegre: Artmed, 1998.

_____. *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. Lisboa: Instituto Piaget, 1992.

MADRE DE DEUS, Frei Gaspar. Memórias para a História da Capitania de São Vicente, Hoje chamada S. Paulo. Edusp, São Paulo, e Ed. Itatiaia, Belo Horizonte, 1975

MENDES, J. Amado – *Estudos do patrimônio: Museus e educação*. Imprensa da Universidade de Coimbra, Julho, 2009.

MEURS, Paul. Engenho dos Erasmos: Estudo de Preservação. *Cadernos de Pesquisa do LAP*. nº 7 FAU-USP, 1995.

MORAIS, José Luiz de [coord] *Engenho São Jorge dos Erasmos: estudos de arqueologia da paisagem* (projeto submentido á FAPESP para eventual concessão de auxílio à pesquisa) São Paulo, MAE-USP, 1999.

PAULA, Eurípedes Simões de. As ruínas do Engenho de São Jorge dos Erasmos. *Revista de História*. São Paulo, 13 (7): 539-450, 1956.

POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no ocidente*. São Paulo: estação Liberdade, 2009

REIS, Ana Carla Fonseca. 2010. "Museus e Mercados de Arte como Agentes Econômicos: Um Diálogo entre Cultura e Economia" in Junior, José do Nascimento (org.) *Economia de Museus*. Brasília: Ministério da Cultura/IBRAM

RODRIGUES, Maria Regina da Cunha. O Engenho São Jorge dos Erasmos. *Revista de História*. São Paulo, 35 (18): 229-297; 591-596, 1967

Revista Usp. Engenho dos Erasmos. Nº 41.mar-abr-mai. 1999.

VASCONCELLOS, CAMILO. Representações da Revolução Mexicana no Museu Nacional de História da Cidade do México (1940-1982), 2003.